

ATA N.º 8/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2017:

No dia cinco de abril de dois mil e dezassete, pelas dezasseis horas e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

O **Sr. Presidente** menciona que na sequência do pedido de substituição, apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, para o dia de hoje, foi convocada a Sra. Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino para a substituir. (Anexos a esta Ata como documento n.º 1).

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doações

PONTO 3 – 4.ª Alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

PONTO 4 – Prestação de Contas 2016

PONTO 5 – Empreitada de instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo – Abertura de procedimento de concurso limitado por prévia qualificação

PONTO 6 – Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela – Anulação do ato de adjudicação e nova adjudicação

PONTO 7 – Prestação de serviços na área de seguros – Abertura de procedimento - Ratificação

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 9 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2016

PONTO 10 – Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela – Início do procedimento e participação procedimental

RETIRADA DO PONTO 7 DA ORDEM DO DIA: Prestação de serviços na área de seguros – Abertura de procedimento - Ratificação

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

RETIRADA DO PONTO 7 DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** coloca à votação a retirada do Ponto 7 da Ordem do Dia:

PONTO 7 – Prestação de serviços na área de seguros – Abertura de procedimento - Ratificação

Aprovada, por unanimidade, a retirada do Ponto 7 da Ordem do Dia.

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 9/2016, da reunião ordinária de 6 de abril de 2016.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Maria Justino, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

— ATA n.º 14/2016, da reunião ordinária de 18 de maio de 2016.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Maria Justino, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

O **Sr. Presidente** coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Associação Académica Pinhalnovense)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Rui Baltazar)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (José Caramelo)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (António Afonso Antunes)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Rui Jorge)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação das Saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Associação Académica Pinhalnovense)

"A Associação Académica Pinhalnovense sagrou-se Campeã Regional em Masculinos no Campeonato Regional de Inverno de Clubes (Troféu Narciso Galhano), que se realizou no dia 18 de março, na Pista Municipal de Atletismo de Almada, na Sobreda da Caparica.

Com 55,50 pontos, a Académica foi a melhor equipa masculina em prova. A equipa feminina ficou em quarto lugar. Parceira do Município desde 2001, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo no concelho, bem como em vários eventos desportivos que contribuem para a formação desportiva da população, nas diversas faixas etárias, a Académica Pinhalnovense tem conquistado lugar de destaque no atletismo regional, com um vasto palmarés por equipas, bem como várias conquistas individuais das suas e dos seus atletas.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, no dia 5 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Associação Académica Pinhalnovense pela conquista do título de Campeã Regional de Clubes em Masculinos, formulando votos de uma época recheada de sucessos."

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Rui Baltazar)

"Rui Baltazar sagrou-se Vice-Campeão Nacional nos 3000 metros, na classe V50. O título foi conquistado no Campeonato Nacional de Atletismo Veterano em Pista Coberta, que decorreu nos dias 18 e 19 de março, em Pombal. Na ocasião, Rui Baltazar subiu, também, ao pódio com

um 3.º lugar na prova de 1500 metros e integrou a equipa Vice-Campeã Nacional de Estafeta nos 4 x 200 metros, na classe V40.

O atleta, residente em Aires, é, também, trabalhador do Município e representa o Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho, da Baixa da Banheira. Em 2016, foi Campeão Nacional de Masters.

Reunida a 5 de abril de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal **saúda** o atleta pelos títulos conquistados, e que orgulha o concelho e esta organização com o seu exemplo de disciplina e dinamismo, demonstrando que o desporto não tem idade.”

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. Saudação (José Caramelo)

“José Caramelo é Vice-Campeão Nacional de Estafeta nos 4 x 200 metros, na classe V40, título atribuído no Campeonato Nacional de Atletismo Veterano em Pista Coberta, que decorreu nos dias 18 e 19 de março, em Pombal.

Trabalhador do Município e residente em Pinhal Novo, José Caramelo tem conjugado, ao longo dos anos, a sua carreira na função pública com a prática desportiva, sempre com grande dedicação e entusiasmo.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, no dia 5 de abril de 2017, **saúda** José Caramelo pela conquista do título de Vice-Campeão Nacional de Estafeta em Veteranos e formula votos de sucessos continuados, ao serviço do concelho e do mundo do desporto.”

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. Saudação (António Afonso Antunes)

“António Afonso Antunes sagrou-se Vice-Campeão Nacional nos 800 metros, na classe V55, no Campeonato Nacional de Atletismo Veterano em Pista Coberta, que decorreu nos dias 18 e 19 de março, em Pombal.

O atleta, que reside no Bairro dos Marinheiros e representa o Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho, da Baixa da Banheira, conquistou, também, a 11 de março, o título de Vice-Campeão Nacional de Corta-Mato Curto, confirmando o excelente momento de forma.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 5 de abril de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, **saúda** António Afonso Antunes pelo título de Vice-Campeão Nacional de Veteranos nos 800 metros e pelo testemunho diário da sua força de vontade, promovendo a prática desportiva.”

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

. Saudação (Rui Jorge)

“O atleta Rui Jorge, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Vice-Campeão Nacional de Estafeta nos 4 x 200 metros, classe V40, no Campeonato Nacional de Atletismo Veterano em Pista Coberta, que decorreu nos dias 18 e 19 de março, em Pombal.

Reunida a 5 de abril de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal **saúda** Rui Jorge pela conquista do título de Vice-Campeão Nacional de Estafeta em Veteranos e deseja ao atleta continuação de uma excelente época desportiva.”

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Eu Participo – Calendário** – O **Sr. Presidente** refere que, como habitualmente, a primeira fase realiza-se em abril e terá início na sede de cada uma das freguesias. Na quinta-feira, a autarquia irá reunir-se com a população de Pinha Novo, que estará presente às 21 horas, na sede da Junta de Freguesia. Sexta-feira, será a vez da freguesia de Poceirão, à mesma hora, no Centro Cultural de Poceirão. Na próxima semana, segunda-feira, será feita uma sessão na Marateca, no Espaço Multiusos de Água de Moura; Palmela, neste mesmo local, terá sessão no dia 11, à noite; e a Freguesia de Quinta do Anjo encerra esta fase, no dia 12 também no salão da Junta. Todas as reuniões iniciam às 21 horas.

Informa que a Câmara tem um processo pioneiro em Portugal, a decorrer há dois anos, que é a fase do “Eu Participo” para trabalhadores e trabalhadoras da Câmara Municipal. Vai ter início amanhã, em duas sessões, uma às 9h00 outra às 13h30m, uma na Biblioteca de Palmela, outra no Auditório de Municipal de Pinhal Novo, para possibilitar a quem desempenha tarefas descentralizadas naquela freguesia poder também participar.

• **Semana da Freguesia de Poceirão** – O **Sr. Presidente** refere que, no dia 17 inicia a Semana descentralizada dedicada à freguesia do Poceirão. Nesse dia, a Câmara irá trabalhar internamente, fazendo os projectos e ações que existem para a freguesia. No dia 18, terá lugar uma reunião entre executivos, em que participam os eleitos, apoios técnicos e assessores. No dia 19, outro momento público será a reunião de Câmara que, por não ter sido possível visitar o local há muitos anos, será feito na Aldeia Nova da Aroeira, na sede do Grupo Desportivo e Recreativo “Águias da Aroeira”.

Como habitual, o **Sr. Presidente** e vereadores/as farão atendimento descentralizado. A semana de trabalho tem momentos de visitas a empresas, associações e instituições.

• **Reunião com Ministro da Agricultura – Revisão de critérios de classificação das freguesias rurais de baixa densidade** – O **Sr. Presidente** refere que realizou, em nome do município, na semana passada, reunião com o Adjunto do Ministro da Agricultura, onde se voltou a chamar à colação a questão das freguesias de Poceirão e Marateca como freguesias rurais. Há uma grande injustiça, criada há dois anos, que foi a de excluírem as freguesias de Poceirão e Marateca do PDR 2020 (Plano de Desenvolvimento Rural do País). O município, naturalmente, ficou indignado pois as freguesias têm características rurais. Dá o exemplo de Mafra que tem a sede do concelho considerada rural.

A Câmara, junto do governo anterior, já havia feito diligências, no sentido de ver corrigida esta injustiça. Ao reunir com responsáveis do Ministério, no passado dia 28, a autarquia voltou a insistir na necessidade de correção dessa profunda discriminação negativa que o concelho, nomeadamente, as freguesias de Poceirão e Marateca, são alvo; decorre, do facto, de estas não terem sido consideradas rurais no PDR 2020, em que isto é majorado a fundos comunitários, e que agrava ainda mais, as difíceis condições de subsistência, sobretudo para os pequenos agricultores destas freguesias. Confirmou-se, nesta reunião, que ao invés do que até fora garantido pelo Governo anterior, mantém-se essa exclusão, atentos aos critérios adotados nessa medida do PDR, da recuperação de aldeias, que era uma medida rural à qual a Câmara poderia ter acesso ao financiamento para esse efeito e, por causa de não serem as freguesias classificadas como rurais, não tem acesso a esta medida da renovação de aldeias.

Outra matéria que esteve em análise foi a classificação das freguesias de Poceirão e Marateca como zonas não desfavorecidas, ou seja, a manutenção desta classificação. Quando no passado, uma das freguesias tinha este estatuto, de freguesia desfavorecida e também por essa via, tinha acesso a apoios que agora as duas não têm.

Sublinha que também nesta matéria a União de freguesias prejudica, e de que maneira, as freguesias. Portanto, se elas estivessem separadas beneficiariam de todas estas medidas de discriminação positiva.

A autarquia não ficou satisfeita com a resposta dada, pois recentemente, municípios do Algarve, que tinham freguesias nas mesmas condições, conseguiram ver alterada a classificação destas freguesias e por isso, foi deixada essa documentação ao Sr. Adjunto do Sr. Ministro para que estudasse aprofundadamente este assunto e que procurasse, em tempo útil, corrigir esta injustiça.

• **Queima do Judas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a queima do Judas vai realizar-se no dia 15 de abril, pelas ruas do centro histórico de Palmela, que volta a viver esta iniciativa da Câmara Municipal, em parceria como o movimento associativo do concelho.

Prevê-se uma edição inesquecível, com a participação confirmada de 14 grupos, o que se traduz num número recorde nestes 22 anos de Queima do Judas, aguardando-se ainda a confirmação de outros grupos.

O percurso terá início às 21h30m, no Largo dos Loureiros, terminando no Largo de São João; a animação está a cargo da orquestra Diabos do Bardoada – Grupo do Sarrafo e conta também com um espetáculo de fogo-de-artifício.

• **Programa de ocupação / animação – Férias da Páscoa – O Sr. Vereador Luís Miguel**

Calha informa que o município e vários parceiros vão desenvolver um conjunto de propostas diversificadas para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens, nas várias interrupções letivas procurando associar o lazer e a descontração, com componentes lúdicas e didáticas. Estas férias da Páscoa não são exceção e as sugestões serão muitas e variadas. No âmbito do programa “Férias da Páscoa no Museu”, o município vai promover a iniciativa “Encontra o ritmo”, nos dias 11 e 12 de abril. Trata-se de uma visita ao Museu de Música Mecânica, em Arraiados, como oficina de percussão na qual, cada participante, construirá o seu instrumento. A partir de hoje e até ao dia 12 de abril, a “Passos e Compassos”, apoiada pelo município, realiza mais uma edição das férias culturais, um projeto de educação pela arte e património cultural, que é destinado a crianças com idades entre os 6 e os 12 anos, com um conjunto muito diversificado de atividades que vão desde a dança à música, teatro, expressão plástica, cinema e património, que serão exploradas através de aulas, ateliers e diversas visitas. No dia 15, este grupo participa também na iniciativa da “Queima do Judas”.

Para quem prefere o desporto, a empresa municipal Palmela Desporto tem em curso a partir de hoje até ao próximo dia 18, férias desportivas na piscina municipal de Pinhal Novo e no Pavilhão Desportivo Municipal, para crianças entre os 5 e os 13 anos. São também várias, as modalidades desportivas, desde o andebol, atividades rítmicas expressivas, atletismo, badminton, basquetebol, caminhada, futebol, futsal, ginástica, jogos tradicionais, natação, orientação, ténis de mesa e voleibol.

Para os jovens entre os 12 e os 17 anos, a rede de Centros de Recursos para a Juventude do concelho, vai dinamizar entre os dias 10 a 14 de abril, uma semana de atividades intitulada “CRJ na Páscoa”, com participação gratuita.

Será um leque muito rico e diversificado de propostas, que permitem responder às preferências das crianças, bem como às necessidades das famílias.

• **Mundiais de Orientação do Desporto Escolar – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha**

refere que o concelho de Palmela volta a estar muito bem representado na comitiva portuguesa que participará nestes campeonatos mundiais de orientação do desporto escolar, que irão decorrer na cidade de Palermo, em Itália, entre 22 e 28 de abril. No total, os atletas das Escolas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo representam metade da comitiva, num total de 10 participantes: 3 integram a equipa da seleção feminina, 2 estão na equipa da seleção masculina

e os restantes 5 compõem a equipa da escola masculina, cuja escolha recaiu sobre a Escola Secundária de Pinhal Novo, sob a responsabilidade do professor Daniel Pó. Salienta que o coordenador nacional da modalidade é o Professor Ricardo Chumbinho, docente da Escola Secundária de Palmela.

A atenção prestada a esta modalidade do concelho e o trabalho estratégico que tem vindo a ser desenvolvido, em conjunto pelas escolas e pelo município, tem sido traduzido no número crescente de praticantes, na qualidade das suas prestações, a nível nacional e internacional e também na grande quantidade de prémios conquistados, esperando-se mais uma excelente participação nestes campeonatos mundiais.

• **Dia Mundial da Saúde – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que será realizada uma iniciativa a propósito do Dia Mundial da Saúde, que este ano passou pelo tema “Depressão” patologia que, segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, constituiu uma das maiores causas de incapacidade para a actividade produtiva, em todo o mundo.

Os técnicos de serviço ocupacional e ação social, no caso concreto dos técnicos da segurança, psicologia, ação social, irão desenvolver, junto dos serviços municipais, no dia 7 de abril, um conjunto de ações de sensibilização e informação sobre saúde mental. A atividade em causa conta com visitas a locais de trabalho em áreas operacionais, tendo como objetivo sensibilizar para a importância da doença e o impacto das atitudes comportamentais do desenvolvimento da mesma.

Destaca um conjunto de aspetos essenciais no âmbito da Saúde mental em contexto laboral, nomeadamente, o trabalho em equipa, o aparecimento de patologias que conduzem a uma redução da capacidade de trabalho, bem como envelhecimento ativo, promover a saúde psicológica positiva, dando ênfase a estratégias que fomentem a consciencialização para a adoção de comportamentos saudáveis, que privilegiem a qualidade da vida e o bem-estar em geral.

Realça, também, que a autarquia tem vindo a avaliar os riscos profissionais, físico, ergonómicos e psicossociais a que se encontra exposto de cada um dos grupos profissionais.

Ainda com o objetivo de assinalar esta data a autarquia, em colaboração com a unidade de Saúde Familiar irá promover esta semana, também no dia 7, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, diálogo um colóquio denominado “Felicidade e bem-estar para a doença evitar”. A iniciativa inserida nas atividades do projeto “Saúde de Palmela” visa reforçar as medidas e formas de prevenção da depressão, através de uma comunicação aberta e redução do estigma associado à mesma.

• **Seminário sobre segurança alimentar – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que uma ação será realizada no dia 11 de abril, onde a Câmara Municipal vai promover um seminário sobre segurança alimentar e o livro de reclamações, em articulação com a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica). O seminário tem como objetivo sensibilizar

e informar os trabalhadores e as trabalhadoras para a importância desta temática e junta profissionais de várias áreas, considerando a abrangência desta matéria e dos assuntos a serem tratados. Destina-se, especialmente, a auxiliares de ação educativa, técnicos e técnicas da área da educação, saúde, atendimento público em geral. Irá abordar conteúdos como segurança alimentar e o livro de reclamações, regras básicas de risco, designadamente, ações nas escolas, regras de rotulagem, regra do desperdício alimentar, comportamentos de estilo vidas saudáveis. Esta iniciativa pretende gerar uma importante alavanca para a partilha de informação e criar sinergias entre entidades pelas matérias a abordar e por protagonizar uma vertente pedagógica de sensibilização e de responsabilidade social.

• **Obra da Terra do Pão, em Palmela – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que está em curso a obra de arruamentos de arranjos exteriores da Terra do pão em Palmela. Trata-se de uma obra adjudicada por cerca de 190.000,00 €. Esta obra vai valorizar aquele espaço, qualifica as infraestruturas, melhora as acessibilidades e aumenta o estacionamento. A empreitada cria um percurso acessível para todos e todas, para a utilização mais confortável e segura para os peões, entre os quais os alunos da escola Hermenegildo Capelo e outras pessoas nas deslocações para o centro da vila, a piscina municipal, a Associação de Idosos, a Santa Casa da Misericórdia ou para o comércio local.

O estacionamento será reforçado com criação de mais de 40 novos lugares. A iluminação pública será revista para maior eficiência energética, conforto e segurança de quem passa e é criada uma cortina arbórea, para maior conforto climático e como contributo, ao sequestro de carbono.

Esta empreitada vem garantir a ligação entre a Rua Lucílio Borges da Costa, Praceta Firmino Camolas, Rua Padre Manuel Caetano e arruamentos circundantes, bem como a ligação pedonal mais direta à piscina municipal.

• **Repavimentações e execuções de calçadas – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que foi adjudicada e vai ter início a empreitada de repavimentação da Rua Ary dos Santos e troço da Rua Luís de Camões e Rua Francisco Xavier, em Pinhal Novo. A intervenção tem uma área aproximada de 3 mil metros quadrados e compreende a repavimentação, alteração das tampas de águas, esgotos e comunicações e sinalização horizontal.

Esta semana iniciou-se uma empreitada de execução de calçadas, adjudicada por cerca de 39 mil euros, a qual se iniciará com a execução de um passeio na Rua Maria Eduarda, na zona Sul Pinhal Novo. Estão entretanto a decorrer e em fase final outros procedimentos para repavimentações e novas pavimentações, sendo as informações mais recentes: a adjudicação da pavimentação de mais um troço da Estrada Municipal 533, que vai desde o início do Poceirão até Lagameças. Esta obra de repavimentação tem um custo de 45.000,00 €.

Está também prevista a abertura de propostas para a empreitada de repavimentação da estrada do Gado, neste caso, na Quinta do Anjo. As obras iniciar-se-ão. E há obras recentemente concluídas em Pegarias e Vila Nova Alcaide.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores

• **Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que há algumas incorreções numa publicação no *site* da Câmara Municipal em relação à divulgação da Marateca, onde o concelho encontra o Sado.

Lá vem mencionado “não deixe de visitar o chaparral de Mendonça”, onde dever-se-ia ler “não deixe de visitar o Assobiador, no Dia Nacional do Sobreiro”.

Também há uma referência sobre a mostra de vinhos de Marateca e Poceirão em que dizem que se realiza normalmente no mês de junho, o que de facto, não é verdade, é sempre em maio.

• **Bolsa de estacionamento** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que a criação de uma bolsa de estacionamento na Aljubarota, em Aires, foi uma boa iniciativa do município e, eventualmente, uma reivindicação das populações. Mas, neste momento, o acesso a essa bolsa de estacionamento continua com os passeios como se não existisse bolsa. Ou seja, para entrar para o estacionamento, as pessoas tiveram de colocar umas madeiras no lancil.

• **Placa para venda ambulante, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a entrada do Pinhal Novo, a sul, após a 1.ª rotunda da Estrada Nacional 252, existe uma placa em que saúda o visitante, mas mesmo ao lado está uma placa, absolutamente destruída, que diz que é proibida a venda ambulante. Essa placa já teve sentido, mas hoje em dia, provavelmente não tem sentido em relação ao funcionamento da vila e até do próprio trânsito e, portanto, fica ali uma mensagem “esquisita” a quem chega. A placa está num estado que, certamente, só por esquecimento é que não foi retirada.

• **Pintura da sinalização horizontal** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona sobre se já está fixada uma data para o procedimento do alcatroamento e da pintura das sinalizações horizontais, no Pinhal Novo, nomeadamente na zona Sul, que está a precisar muito, nalgumas zonas. Importante, será também a marcação das bolsas de estacionamento, como já existe no lado Norte da vila, porque a GNR finalmente começou a “apertar” ali com as multas de estacionamento. O cumprimento das regras tem de ser também acompanhado das soluções no terreno e que se imponha alguma disciplina aos condutores.

Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:

_ Bolsa de estacionamento (Questão apresentada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que essa questão está no plano de trabalho da DCL, que ainda está a desmontar o evento que ocorreu do “Queijo, pão e vinho”.

_ Placa para venda ambulante, em Pinhal Novo (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que o regulamento da venda a retalho e de comércio mantém a proibição da venda ambulante dentro do perímetro urbano. A venda ambulante constitui um fator de concorrência desleal para o comércio que está instalado. Fora do perímetro urbano é normal que, com as características do concelho a dispersão populacional, levam e bem a que haja deslocalização de venda de pão, de mercearias, ou seja daquilo que for. Se a placa está em mau estado, será feito um *upgrade*.

_ Pintura da sinalização horizontal (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que relativamente à questão da sinalização horizontal, a senhora vereadora é quem tem a lista de necessidades que estão identificadas para esta 1.ª empreitada.

No ano passado, a autarquia chegou aos 100.000,00 € de sinalização. No entanto, é impossível chegar a todo o lado. A Câmara tem isso em consideração, mas aponta isso para um determinado momento. Serão trazidas à revisão do orçamento em maio, propostas muito claras de um compromisso assumido também durante o “Eu participo”, de repavimentação faseada da zona Sul. No âmbito da distinção, que a câmara teve - da rede de vilas e cidades de excelência. Será feita a pintura, depois da repavimentação, dos lugares de estacionamento ao rebaixamento de passeios na zona das passadeiras e, também, possivelmente a criação de alguns limitadores e para que efetivamente haja o corredor acessível de outra forma. Mas essa intervenção será feita após a repavimentação e só no lado Sul. Isto ocorrerá no início do verão, não antes disso.

Auditoria financeira realizada pela IGF (Inspeção Geral de Finanças)

Em cumprimento de determinação da Inspeção Geral de Finanças, procede-se à entrega a todos os membros do executivo municipal de cópia digital de relatório e respetivos anexos, de auditoria financeira realizada pela IGF ao Município de Palmela, relativa aos anos de 2009 a 2011.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 15.03.2017 e 04.04.2017.

LISTA DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelo Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, da lista de contratos de aquisição de serviços celebrados entre 01.01.2017 a 31.03.2017 para efeitos do disposto no artigo 49º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 13.03.2017 a 31.03.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 15.03.2017 a 04.04.2017, no valor de 2.335.748,24 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.04.2017, apresenta um saldo de 7.708.043,69 € (sete milhões, setecentos e oito mil, quarenta e três euros e sessenta e nove cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.719.779,06 € (seis milhões, setecentos e dezanove mil, setecentos e setenta e nove euros e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 988.264,63 € (novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_08-17:

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada ao abrigo do Programa Mecenaz de Palmela, e considerando que o mesmo valoriza positivamente o envolvimento e o sentido de responsabilidade social dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade, garantindo a continuidade de projetos e iniciativas e contribuindo positivamente para o desenvolvimento do território.

Assim, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º e no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique o ato de aceitação das presentes doações que perfazem o valor de 1.967,55 (mil, novecentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos) considerando as circunstâncias excecionais e a impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil:

Entidade	Valor da Doação	Atividade
LIDL&CIA Rua Pé de Mouro, nº 18 Linhó Sintra NIF: 503340855	Bens alimentares e não alimentares € 311,55 (trezentos e onze euros e cinquenta e cinco cêntimos)	Receção à comunidade educativa – Momento de convívio 2016
VISTEON PORTUGUESA LDA EN252 – KM 12 Parque Industrial das Carrascas 2951-503 PALMELA NIF: 980037042	40 Árvores € 1.656,00 (mil, seiscentos e cinquenta e seis euros)	Dia Mundial da Floresta

Mais se informa que as presentes doações que **se propõe** que a Câmara Municipal aceite perfazem o valor de 1.967,55 (mil, novecentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 02_08-17:

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada ao abrigo do Programa Mecenaz de Palmela, e considerando que o mesmo valoriza positivamente o envolvimento e o sentido de responsabilidade social dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade;

Considerando que tal adesão ao citado Programa garante e reforça a continuidade das iniciativas e da atividade municipal, contribuindo positivamente para o desenvolvimento do território;

Propõe-se que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite as doações que a seguir se discriminam:

Entidade	Valor da Doação	Atividade
INTERMARCHÉ SUPERPALMELA – Supermercados Lda Cabeça do Velhinho Vale de Benções Volta da Pedra 2950-439 PALMELA NIF: 507545362	 € 2.000,00 (dois mil euros)	 Atividade cultural do Cine- Teatro S. João – Aquisição de equipamento

CENTRO DE RECICLAGEM DE PALMELA, S.A. Rua José Mestre, 177 2950-051 Palmela NIF: 504222090	Árvores – 59 unidades € 2.065,00 (dois mil e sessenta e cinco euros)	Semana da Floresta Autóctone
CENTRO DE RECICLAGEM DE PALMELA, S.A. Rua José Mestre, 177 2950-051 Palmela NIF: 504222090	Serviço de Catering € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros)	Duas (de) Mãos por Palmela
IMEGUIISA (Portugal) – Indústrias Metálicas Reunidas, S.A. Rua 5 de Outubro, s/n Quinta do Anjo Apartado 57 2951-901 PALMELA NIF: 503926310	€ 5.227,50 (cinco mil, duzentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos)	Palmela Wine Jazz - aquisição de espetáculo Mário Laginha Trio

Mais se informa que as presentes doações, que **se propõe** que a Câmara Municipal aceite, perfazem o valor de 9.742,50 € (nove mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – 4.ª Alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

PROPOSTA N.º DADO 01_08-17:

«A 4.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Requalificação do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal para projeto;
2. Reforço da dotação da ação Execução de Obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal para aquisição de equipamento para resolução de problemas de Palmela Village;

3. Reforço da dotação da ação Remoção Integrada de Resíduos Sólidos, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos nos documentos em apreciação.

O valor desta alteração é de 459.985,00 € (quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco euros), e representa 0,96% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 4.ª alteração ao Orçamento de 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.»

Sobre a proposta de 4.ª Alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 numerada DADO 01_08-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que do ponto de vista das rubricas orçamentais há uma anulação em outros, nas despesas da Divisão de Finanças e Aprovisionamento e outra anulação no pessoal da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, com a saída de um quadro que visam depois reforçar.

Destacaria a junção de rubricas de vários ramos de seguros, numa única rubrica para reforçar o ramo de acidentes de trabalho.

Foi feita também uma alteração na aquisição de peças para reparação de material de transporte para colocar em aquisições de serviços, que é uma alteração que não origina acréscimo de despesa.

Depois um reforço para aquisição de fardamento de proteção individual.

Depois há aqui uma mexida numa rubrica em que faltavam 5.000,00 € para se poder lançar uma empreitada importantíssima para o concelho, há muitos anos desejada, que tem a ver com a construção da Unidade de Saúde de Pinhal Novo.

A requalificação do Monte Francisquinho. O reforço de 104.000,00 € por causa dos furos do Palmela Village, por via das garantias bancárias. O reforço de 2.044.000,00 € para a remoção integrada de resíduos sólidos.

Para a Casa Capelo saem 5.000,00 € que estavam previstos para uma 1.ª fase de recuperação da Igreja de Santiago para reforçar a necessidade de dar continuidade a outras obras ainda necessárias na Casa Capelo.

O que vai sendo retirado, prevê-se que seja reposto na revisão de maio. Também nas festas locais há umas mudanças, mas são só mudanças de rubricas.

No PRARRÁBIDA foram questões de alteração da classificação económica, porque o projeto é o mesmo, só a classificação económica é que muda.

Na iluminação pública os 80.000,00 € serão repostos na revisão, isto é apenas para não parar as outras obras.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que julgava que a redução integrada de resíduos sólidos fosse, eventualmente, para o reforço dos circuitos, mas percebeu-se que em função da anulação da adjudicação de uma empresa para a adjudicação de outra empresa.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona sobre os encargos com instalações, uma anulação de 81.000,00 €, presumivelmente, relacionada com a energia, tem a ver com o adiamento ou se há poupanças.

Pede esclarecimentos, no caso das transferências correntes para instituições sem fins lucrativos, onde também há uma anulação de 22.200,00 €, se também é uma questão de mais à frente de se reporem as verbas ou se já se está a prever que este corte seja definitivo.

O **Sr. Presidente** refere que no caso da anulação dos 22.200,00 €, a verba corresponde ao reforço para o mesmo fim, para as festas locais. É uma mudança de rubrica: em vez de vir em subsídio, vem em aquisição de serviços, pois a Câmara pretende fazer a adjudicação das instalações elétricas para as festas.

Os 81.080,00 € estão relacionados com a iluminação pública e não está prevista a redução. A câmara irá repor e as contas da redução fazem-se mais à frente.

Antes se a faturação da pública era feita de 3 em 3 meses é um facto que a última fatura do último trimestre do ano acabava por aparecer sempre, como é normal, em janeiro do ano seguinte. Mas, ultimamente, a faturação passou a ser mensal e, portanto, a Câmara estima que lá para julho, passando estes meses de inverno e das afinações dos relógios astronómicos, é que se podem ver os valores, até porque o preço da eletricidade não baixou. A única garantia é a de que o consumo baixou.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

O **Sr. Presidente** apresenta a proposta que se transcreve:

PONTO 4 – Prestação de Contas 2016.

PROPOSTA N.º DADO 02_08-17:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2016, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local, conforme se pode atestar pelo valor total da receita arrecadada no ano, cerca de 40,5 milhões de euros, o segundo mais baixo do quadriénio.

Nas receitas próprias o IMT (+723 mil euros), as Taxas, Coimas e Penalidades (+280 mil euros) e a Venda de Bens e Serviços (+205 mil euros), apresentam um desempenho positivo em 2016. Em sentido inverso destacam-se o IMI (-773 mil euros) e a Derrama (-580 mil euros).

Registou-se contudo, fruto em grande medida do rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução (96,8%), a quinta mais elevada desde 2003.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 19,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (47,9%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de 600 mil euros, relativamente ao ano 2015.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa significativa (-54,1%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2015. O decréscimo registado (-822 mil euros) decorre em grande medida das taxas de ocupação de subsolo referentes a 2014 e 2015, terem sido recebidas no ano 2015 e as correspondentes ao ano 2016, só terem sido recebidas no início de 2017.

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo significativo de 205,1%, (+798 mil euros). Para esta situação muito contribuiu o valor recebido das obras financiadas pelo QREN em regime de "overbooking".

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 40,5 milhões de euros e uma despesa de cerca de 41,3 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de -763 mil euros a que acresce o saldo transitado de 2015 no valor de cerca de 6,6 milhões de euros, transitando para 2017 um saldo de 5,8 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 41,3 milhões de euros, mais 2,8% que no ano 2015, dos quais 22,2 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,9%.

As despesas com pessoal, no valor de 17,5 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 1,2% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 897 trabalhadores (menos 3 do que em 2015).

As despesas de capital-investimentos tiveram um acréscimo de 40,1% (+1,1 milhões de euros), fixando-se a taxa de execução em 63,8%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, regista um total de pagamentos no valor de 14,2 milhões de euros. Comparativamente ao ano 2015 decresceu 5,5% em 2016 (-832 mil euros) devido ao pagamento dos serviços prestados aos sistemas multimunicipais, em particular o pagamento antecipado de parte da dívida contratada à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (ex-Simarsul) em 2015.

A rubrica de Passivos Financeiros regista um aumento significativo de 38,7% (+717 mil euros), que se justifica pela antecipação da amortização parcial do empréstimo contratado ao Santander (696 mil euros). O ano 2016 apresenta o valor mais baixo em termos de endividamento bancário no quadriénio.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2016, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,9 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 2,2 milhões de euros ao acordo de pagamentos estabelecido com o fornecedor Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ex. Simarsul). Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2015, que apresentavam um total de 4,4 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 1,8 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2016, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma,
- Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.»

Após a leitura da proposta – Prestação de Contas 2016 – o **Sr. Presidente** fala nos rácios, conforme a seguir se indica:

Os indicadores de eficácia medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2013-2016 mantiveram-se estáveis no período em análise, mas é de referir a melhoria considerável dos rácios de eficiência e produtividade, com o peso das despesas afetas às grandes opções do plano a aumentar de forma significativa, em relação á despesa total, passaram de 44,5 para 53% e ás despesas de pessoal, 98 para 126, melhoria significativa verifica-se também nos rácios de meios humanos cuja relação entro a população e o nº de trabalhadores e despesas com pessoal diminuíram de forma sensível, em 2016 a cada trabalhador correspondiam 71,5 habitantes enquanto que em 2013 correspondiam 68,3 habitantes, no que respeita ás despesas com pessoal este valor baixou por habitante de 289,1 para 272,7€.

Seguidamente, o **Sr. Presidente** procede à leitura da Introdução, que se transcreve na íntegra:

INTRODUÇÃO

"O ano de 2016 caracteriza-se por uma intensa atividade que mobilizou a organização em torno de três vetores principais, induzidos por um novo ciclo de crescimento, necessidades e capacitação do território – o reforço, renovação e requalificação das infraestruturas e equipamentos municipais; a projeção e arranque de grandes investimentos estruturantes de qualificação do espaço público, de valorização ambiental e do parque escolar, no quadro do cofinanciamento de fundos comunitários; a afirmação do território como espaço de desenvolvimento cultural, económico e turístico no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A prestação de um serviço público de qualidade, que responda às necessidades e expectativas da população continuou a constituir um objetivo central, mas também um enorme desafio, num contexto de persistente escassez de recursos humanos, que exigiu uma permanente rentabilização dos quadros e um grande esforço e disponibilidade de quadros dirigentes.

Foi também um período de um forte investimento na formação profissional, com a realização de 118 ações, em áreas muito diversificadas, e na saúde ocupacional, onde passou a haver um médico e dois profissionais de enfermagem que reforçaram a sua intervenção nos cuidados primários e no plano da prevenção de doenças.

Este esforço foi acompanhado de intervenções para a melhoria das instalações, de forma a aumentar a capacidade de resposta, no que respeita ao acolhimento de munícipes e exercício das tarefas, mas também às necessidades de conforto e segurança dos/as trabalhadores/as, particularmente das áreas operacionais, como são exemplo a beneficiação dos balneários e o aumento de espaço de trabalho nos armazéns gerais e o arranjo de instalações diversas em edifícios e equipamentos municipais.

Deram-se também passos importantes no investimento nas tecnologias de informação, informatização e reengenharia de processos, na renovação do parque de máquinas e viaturas do município, hoje constituído por 145 unidades, um investimento fundamental, quer pelo desgaste e idade do que existia, quer pelo aumento da atividade que resulta da opção por administração direta em dezenas de obras no espaço público.

A qualificação do serviço público tem passado também pela adoção e estímulo de práticas de governação que aproximam o Município das/os cidadãs/ãos, das suas propostas, do debate público e da prestação de contas no que diz respeito à gestão autárquica.

No âmbito dos projetos de Participação e Cidadania, transversais à atividade municipal, refira-se um aumento da notoriedade e reforço da ligação com as populações, as suas associações de

moradores e organizações locais – mais de uma dezena, com uma relação de trabalho regular com a autarquia - e as juntas de freguesia. Das Semanas da Freguesia, do Projeto (A)Gente do Bairro, e do Eu Participo resultaram 12 propostas de intervenção e investimento acolhidas pelo Município e integradas no plano de atividades.

Ainda no âmbito da Participação e Cidadania, o Plano Municipal de Promoção e Participação Infantil, que integrou cinco projetos, programas e ações, mobilizou, nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017, 729 e 638 crianças, respetivamente, com mais alunos/as e mais escolas envolvidas e a concretização de ações propostas pelas crianças. Destaque para a Menção Especial ao projeto para crianças "Eu Participo" atribuída, em Maio, na X Distinção de Boa Prática de Participação Cidadã, promovida pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa.

No âmbito do Plano Municipal de Igualdade de Género, foi adotada no Município a linguagem e comunicação inclusivas, com a adaptação de meio milhar de documentos e expressão na comunicação interna e externa e iniciada a formação de professores das escolas do concelho, neste domínio.

Em matéria de Proteção Civil, o Município manteve o valor da comparticipação para o funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) e dos seguros das viaturas, bem como o apoio à atividade e à formação e assumiu, através de protocolos, a comparticipação das obras de reabilitação dos quartéis de Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo. Foram concluídos, por outro lado, vários planos de emergência e segurança, com destaque para o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Palmela. No âmbito do funcionamento da Academia de Proteção Civil, decorreram 25 ações de formação de que beneficiaram 635 participantes. O Presidente do Município foi escolhido, no presente ano, para presidir à Comissão Distrital de Proteção Civil.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

As obras de conservação, manutenção e apetrechamento das escolas básicas abrangeram mais de duas dezenas de estabelecimentos de ensino, destacando-se as intervenções na EB Águas de Moura 1, EB de Aires, EB Alberto Valente, EB Bairro Alentejano, EB Cajados, EB Salgueiro Maia, EB Zeca Afonso e EB Palhota.

Foram, por outro lado, concluídos os projetos de ampliação e requalificação das escolas de Aires, Matos Fortuna (Quinta do Anjo), Águas de Moura e Cabanas, submetidas a candidaturas para cofinanciamento no âmbito do Portugal 2020.

A rede pública do pré-escolar abrangeu cerca de oito centenas de crianças, distribuídas por 34 salas e 14 escolas do concelho. Duas salas entraram em funcionamento em 2016, no agrupamento José Maria dos Santos. Verificou-se o alargamento do horário de funcionamento em vários jardins de infância e o reforço do Apoio à Família, com a discriminação positiva no

pré-escolar das freguesias rurais de Marateca e Poceirão, que passou a usufruir de transporte gratuito.

O município assume como estratégico para o sucesso educativo e o desenvolvimento das crianças e jovens do concelho os apoios socioeducativos às famílias. Para além dos transportes escolares, que representam o investimento superior a 900 mil euros, em 2016, cerca de 41 por cento da população escolar foi abrangida pela ação social escolar e cerca de 97 por cento das crianças beneficiaram de refeição nos refeitórios escolares. O Município manteve, por outro lado, no ano letivo 2016/2017, o auxílio de 65 euros a crianças abrangidas pela gratuidade dos manuais escolares do 1º ano decidida pelo governo, como forma de comparticipar a aquisição de outros materiais escolares igualmente necessários.

Os projetos "Aprender a Nadar", "Fantasiarte", os Jogos Desportivos Escolares e, pela primeira vez, este ano, o Aprender a Jogar Palmela 2016 mantiveram-se como componente importante das aprendizagens da infância e juventude, enriquecedoras do seu processo de desenvolvimento.

A realização do Fórum PEL – Projeto Educativo Local e do Mercado da Cidadania, que integrou as atividades da Receção à Comunidade Educativa e do Outubro Maior - Mês da Pessoa Idosa, ilustraram a dinâmica das parcerias desenvolvidas no território e a transversalidade dos projetos de desenvolvimento social que contam com a participação, reflexão e investimento do Município.

No âmbito do Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, destaque ainda para uma maior abrangência do Cartão Municipal Idade Maior, novas ações do projeto de introdução à informática Clique Sem Idade e o apoio a instituições, designadamente, através da cedência de terrenos para a instalação e construção de lares de centros de dia.

O trabalho com a Juventude continuou a envolver as associações juvenis formais e informais e os jovens do concelho, designadamente na organização do Março a Partir, no Concurso de Bandas Warm Up, na utilização da Sala de Ensaios CAVE. O Fórum Juventude e o Conselho Municipal de Juventude constituíram-se como importantes espaços de auscultação, participação e debate.

No Desporto, manteve-se o apoio ao movimento associativo e a dinamização de programas de desenvolvimento do Atletismo, Judo, Basquetebol, Ciclismo, destacando-se a realização de provas de âmbito nacional no concelho, designadamente, o Campeonato de Ciclocross, o Arrábida Granfondo, o Encontro de Geocaching.

Na atividade na área do Património, sublinha-se a investigação, conceção e abertura da exposição "1926 Restauração do Concelho de Palmela, numa vitória de todos os municípios há 90 anos", inaugurada por ocasião Dia da Restauração do Concelho, na sala de exposições da Biblioteca Municipal de Palmela.

Assinala-se também a «Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela», possível pela concretização de um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela, Direção Geral do Território e Finanças, Direção Geral do Património Cultural, Empresa Nacional de Turismo, S.A. (ENATUR) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

No âmbito da regeneração e dinamização do Centro Histórico de Palmela, foram concluídos programas preliminares para a requalificação da rotunda do Chafariz D. Maria I, a recuperação da Capela de São João Batista, o edifício da antiga GNR e o projeto de execução de requalificação da Rua Serpa Pinto, em Palmela. Foram, por outro lado, acompanhadas obras e reabilitação de edifícios e dados incentivos fiscais para a recuperação de habitações. O projeto 2 (De)mãos permitiu qualificar, com o recurso ao voluntariado e apoio do mecenato, 19 espaços públicos na área do Centro Histórico.

A atividade cultural desenvolvida teve um parceiro imprescindível no Movimento Associativo que em conjunto com o Município promoveu muitas das iniciativas que se realizaram ao longo do ano. Centenas de ações promovidas ao longo de 2016, da música, ao teatro, cinema, dança, exposições, resultaram do envolvimento do movimento associativo e dos criadores locais nas iniciativas, com o apoio municipal nos planos financeiro, técnico e logístico.

Entre as iniciativas, destaca-se o Festival Internacional de Saxofones de Palmela, o FIAR - Festival Internacional de Artes de Rua, o Palmela Wine Jazz, a "Sinfonia Palmela" e o FIMP - Festival Internacional de Música de Palmela, o Encontro Concelhio de Folclore, o aniversário da declaração da Unesco do Cante Alentejano como Património Cultural da Humanidade. De sublinhar, ainda, as dezenas de iniciativas que integraram os programas municipais da Dança e de Teatro, o apoio às escolas de música e filarmónicas.

De igual modo, o apoio financeiro, técnico e logístico às festas locais, nas diferentes freguesias do concelho, que continuaram a afirmar a identidade de cada localidade e a atrair públicos específicos, nomeadamente, a Festa de Todos-os-Santos, a Festa de S. Pedro da Marateca, as Festas Populares de Pinhal Novo, a Festa das Vindimas, a Festa de S. Gonçalo e a da Escudeira. De destacar, ainda, os rituais e projetos comunitários como As Janeiras, a Queima dos Judas, As Noites na Fonte, A Noite de Serenatas, As Noites de Verão.

Momento alto da programação cultural foi o Ritual Almenara, espetáculo em simultâneo nos Castelos de Palmela e S. Jorge, em Lisboa, realizado a 17 de setembro, a partir de um episódio histórico e de comunicação entre os dois monumentos nacionais, que contou com 1.200 espetadores e envolveu a criação de investigadores, atores, músicos, num total de 70 artistas de Palmela. A edição do Ritual Almenara em 2016 constituiu o primeiro momento de uma estratégia integrada de promoção de Palmela, no contexto da promoção turística e cultural partilhada entre as duas margens.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A contenção de investimento dos últimos anos e o natural desgaste das infraestruturas, tornou obrigatória a remodelação e ampliação de redes de saneamento e abastecimento de água em diversos locais do concelho.

Verificou-se um aumento do investimento na ampliação e remodelação de redes, com recurso maior à realização de obras por administração direta. Destacam-se as intervenções na Estrada do Lau, na EM 533, em Palmela; Rua 10 de junho, em Venda do Alcaide; Bairro do Braga, em Palmela, e no prolongamento no Aceiro Novo, em Venda do Alcaide, Aceiro do Marcolino, em Pinhal Novo; Rua das Vindimas, em Palmela; Rua Calouste Gulbenkian, em Águas de Moura; Rua Miguel Cândido, em Quinta do Anjo. A ampliação da rede de drenagem de águas residuais também nas ruas do Montinhoso e 2 de Abril e Rua Nova, em Venda do Alcaide; Rua 1º de Maio, Rua da Liberdade e Travessa de S. Domingos, na Carregueira e Rua dos Poços, em Pegarias. Por pressão junto da ADLVT/Simarsul, foi também possível terminar as obras de ligação do Sistema do Montado/Brejos do Assa, bem como do Sistema do Bairro Mesquita. Os trabalhos preparatórios para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha, designadamente, a elaboração de estudos, limpeza margens, negociações de cedência de terrenos e expropriações tiveram também desenvolvimento neste período.

No que diz respeito ao Ambiente e Conservação da Natureza, foram desenvolvidos vários projetos de promoção ambiental, integrados na celebração de efemérides e comemorações (Dia da Árvore, Dia da Floresta Autóctone, Dia do Ambiente, Dia da Água) e outros, de valorização do espaço público, nomeadamente, o início da requalificação do espaço do Sobreiro Grande, em Águas de Moura, a primeira fase de execução dos espaços exteriores na Urbanização da Serra Grande, e a promoção de hortas comunitárias, designadamente, em Quinta do Anjo.

No âmbito da valorização do espaço público e promoção de Acessibilidade e Mobilidade Sustentável, teve início a construção do Parque Intermodal Pinhal Novo-Sul, uma obra de grande relevância para ampliar o espaço de estacionamento junto à estação ferroviária, a requalificação da baixa e zona comercial de Águas de Moura, foram executados estacionamentos e passeios em várias localidades, como, por exemplo, junto à Capela de S. Gonçalo, em Cabanas. Foi ainda executado o primeiro troço da ciclovía de Aires, e deu-se início ao projeto para execução do prolongamento da Ecopista de Pinhal Novo.

O ano de 2016 fica também marcado pela abertura do CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela. Com instalações modernas, mais confortáveis e seguras e condições para a boa prestação de cuidados, o equipamento permite também o desenvolvimento de uma nova fase na atividade de promoção do bem estar animal. Neste primeiro ano de funcionamento, registou-se um movimento de 87 animais e procedeu-se à realização de atos médico-veterinários previstos na lei. No final do ano, existiam 10 animais a aguardar adoção. Iniciou-se,

igualmente, o programa de esterilização de animais para adoção e animais na comunidade, com o apoio dos centros médicos veterinários do concelho.

Ao nível da rede viária, foram também concretizadas dezenas de pavimentações e repavimentações, das quais se destacam a conclusão do Aceiro dos Arraiados, em Pinhal Novo; prolongamento da Rua Miguel Cândido, em Quinta do Anjo; Rua da Palmeira – Marquesa II; Rua Julien Bruand, Lagameças; Rua dos Farias, Pinhal Novo; Rua José Luís Cipriano, em Cabanas; Rua 5 de Outubro, troço 1, Pinhal Novo; Rua dos Sobreiros; Rua José dos Santos Tereso; Rua Abel Ferreira, Poceirão; Azinhaga Mata Mouros, Palmela.

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

No âmbito da valorização e promoção da economia local, o Município prosseguiu o apoio e dinamização de iniciativas de promoção dos produtos locais, com especial destaque para os vinhos, os queijos e os produtos agrícolas. O Festival do Queijo, Pão e Vinho, o Festival do Moscatel, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão e a Festa das Vindimas são iniciativas específicas que promovem a qualidade destes produtos. Ao longo do ano, outros momentos de valorização, aliados à dinamização do comércio local e do turismo, contribuíram para a projeção de Palmela na região e no País, como é o caso da Feira Medieval, que recebeu milhares de visitantes, e da animação de Natal, com o Presépio que integrou figuras típicas de Palmela.

De sublinhar, ainda, o grande aumento do número de turistas que visitaram em 2016 o concelho de Palmela, com um crescimento de 38 por cento relativamente ao ano anterior, de acordo com os números da Entidade Regional de Turismo de Lisboa.

O Município comemorou, em Novembro, os 40 anos do Poder Local Democrático com uma homenagem a todas e todos os autarcas que contribuíram, ao longo destas quatro décadas, para o desenvolvimento do concelho de Palmela e que foram protagonistas de transformações profundas no quotidiano das populações.

2016 foi um ano de muito trabalho, em que o Município concretizou parte significativa do programa de mandato e projetou obra e investimento para os próximos anos, indo para além dos ciclos eleitorais. Em condições de grandes limitações, a Câmara Municipal de Palmela contou com o empenho, profissionalismo e conhecimento do coletivo de trabalhadores e trabalhadoras e quadros dirigentes do Município e o apoio e envolvimento das estruturas associativas, dos agentes económicos, sociais e culturais do concelho. A todos, fica o nosso reconhecimento!

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 40,5 milhões de euros, correspondem ao segundo valor mais baixo do quadriénio 2013/2016, ainda assim superior ao valor de 2014, e apresentam uma taxa

de execução de 96,8%, a quinta mais elevada desde 2003. Comparativamente a 2013, as receitas diminuíram cerca de 3,2 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 19,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 47,9% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa significativa (-54,1%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2015. O decréscimo registado (-822 mil euros) decorre em grande medida do facto de a Setgás e a Petrogal terem pago as taxas de ocupação de subsolo referentes a 2014, em janeiro de 2015 (549.568,09€ e 34.815€, respetivamente), e as taxas correspondentes ao ano 2015 foram pagas em dezembro de 2015 (Setgás: 412.290,31€). Em 2016, apesar de a autarquia ter faturado no início de dezembro de 2016 a respetiva taxa, o valor só foi transferido pela Setgás no início de 2017.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 41,3 milhões de euros, mais 2,8% (+1,1 milhões de euros) que no ano transato, dos quais, 22,2 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,9%.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2013-2016, mantiveram-se estáveis durante o período em análise.

De referir a melhoria considerável dos rácios de eficiência e produtividade com o peso das despesas afetas às GOP (Grandes Opções do Plano) a aumentar de forma significativa em relação à despesa total, 44,5% para 53%, e às despesas com pessoal, de 98,6% para 126,8%.

Melhoria significativa verifica-se também nos rácios de meios humanos, cuja relação entre a população e o número de trabalhadores/as e despesas com pessoal diminuíram de forma sensível. Em 2016 a cada trabalhador/a correspondiam 71,5 habitantes, enquanto em 2013 correspondiam 68,3 habitantes; no que respeita às despesas com pessoal este valor baixou por habitante de 289,1 euros, para 272,7 euros.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 897 trabalhadores/as (menos 3 que no ano transato), representam 17,5 milhões de euros, um acréscimo de 1,2% face ao ano anterior.

Na aquisição de bens de capital, regista-se um acréscimo face a 2015 (+40,1%) em resultado da concretização de intervenções previstas para o ano 2016 o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (3,7 milhões de euros), e uma taxa de execução de 63,8%.

A rubrica de Passivos Financeiros regista um aumento significativo de 38,7% (+717 mil euros), que se justifica pela antecipação da amortização parcial do empréstimo contratado ao Santander (696 mil euros). O ano 2016 apresenta o valor mais baixo em termos de endividamento bancário no quadriénio.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 14,2 milhões de euros, comparativamente ao ano 2015, decresceu 5,5% em 2016 (- 832 mil euros) devido ao pagamento dos serviços prestados aos sistemas multimunicipais, em particular o pagamento antecipado, em 2015, de parte da dívida à Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ex-Simarsul).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2016, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,9 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 2,2 milhões de euros ao acordo de pagamentos estabelecido com o fornecedor Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ex. Simarsul). Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2015, que apresentavam um total de 4,4 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 1,8 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

O resultado líquido do exercício, inverte a tendência negativa e apresenta um resultado líquido positivo de cerca de 455 mil euros.”

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2016 numerada DADO 02_08-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que é um documento extenso mas que tem uma série de variáveis e uma série de informação que permite, efetivamente, perceber o que foi o trabalho da autarquia durante o ano de 2016.

No ano passado foi apresentado um relatório de contas, numa reunião extraordinária, com menos pontos, o que parece ser mais útil, porque permite o foco naquilo que é o documento essencial. Como este, o orçamento são documentos tão importantes para o município, pois permitem ver o que se quer fazer e o que se fez, e nos outros anos, quando não foi reunião extraordinária foram reuniões ordinárias com menos pontos, portanto, muito mais focadas na execução.

Nesta 1ª intervenção, sublinha alguns pontos, que passa a descrever:

- a subida do IMT;
- a descida da receita do IMI (que tem muito a ver com a descida da taxa, portanto, estando em padrões comportáveis para aquilo que é o orçamento e a expectativa de arrecadação de receita que a autarquia tinha);
- a descida da Derrama (-20 %) é mais preocupante, porque tem a ver com o fraco crescimento económico do país, que foi inferior em 2016 ao de 2015; e depois, isto vai tendo reflexo em cascata, nomeadamente quer na criação de riqueza, como, também, na arrecadação de impostos que dependem da riqueza criada;

- a questão dos dividendos da AMARSUL que foram distribuídos. A autarquia teve de 138.000,00 € de dividendos de uma antiga empresa pública na sua totalidade, entre administração central e administrações locais. Isto é a primeira vez que acontece, depois da privatização da EGF e com reflexo na AMARSUL.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que em tempos deu a explanação de que entendia que não devia haver distribuição de dividendos e que a empresa devia reinvesti-los, por isso questiona em que áreas é que este dinheiro vai ser reinvestido no território, nomeadamente, se na questão da reciclagem e da recolha seletiva de lixo urbanos. O conjunto da receita, no fundo, teve aqui um comportamento dentro do exatável. A Derrama é uma má surpresa, mas é devido ao crescimento medíocre; ficou um pouco aquém do orçamento inicial, mas não é de qualquer forma preocupante.

Como já tinha referido aquando a apresentação do orçamento para 2016, que hoje está a se analisada a sua execução, havia margem para reduzir o IMI para as famílias e, também, para reduzir a comparticipação que a autarquia tem no IRS.

Relativamente à aquisição de bens de capital que é, no fundo, o grosso do que é a despesa de investimento, é um comportamento positivo face àquilo que era o orçamento inicial, é superior àquilo que era o orçamento inicial que foi apresentado em outubro de 2015 para 2016, mas depois fica muito aquém pois só consegue executar aquilo que é o orçamento final. Sabendo que no ano passado houve 3 revisões ao orçamento e 6 alterações orçamentais (em quase todas as sessões houve alguma mexida no orçamento), é sempre possível fazer subir as execuções. Aqui verifica-se que, apesar disso, apesar das constantes alterações e revisões ao orçamento, só se conseguiram na aquisição de bens de capital para onde se mete do investimento, executar 63%.

Nas GOP, autarquia comprometeu-se a investir em termos finais 26.449.000,00 € e só conseguiu fazer 22.000.157,00 €, portanto, abaixo daquilo que se tinha comprometido e há algumas rubricas que têm uma execução muito abaixo (apesar das constantes alterações que foram sendo feitas ao longo do ano):

- na Segurança Social só teve uma execução na ordem dos 53%;
- na habitação e urbanismo, uma execução na ordem dos 51%;
- na Saúde 69%;
- no ordenamento do território 40%;
- no abastecimento de água 69%;
- na proteção do meio ambiente e conservação da natureza 62%;

Ou seja, ficou muito aquém daquilo que se tinham comprometido a gastar nas GOP. Este relatório de atividades para prestação de contas tem uma inovação, tem uma introdução que é importante. Começar com a introdução é importante, porque alerta para algumas questões.

Nota que a CDU fala com grande enlevo na questão dos rácios dos meios humanos e da diminuição de gastos quanto a esta matéria, o que acha interessante.

O absentismo volta a subir, pois estava no início do mandato em 10.3 e subiu para 10.7. A taxa de incidência de acidentes de trabalho tem sido uma constante de subida (7.2%). No que diz respeito aos contratos de emprego e inserção, na página 262, diz-se que a autarquia integrou que 6 pessoas o que é importante e é relevante e, porque é de facto, uma das razões de ser deste programa de reintegração de pessoas no mercado de trabalho, e depois fala também de 11 de beneficiários cessaram emprego. Questiona, por isso, qual era o universo de beneficiários deste programa que estiveram na autarquia ao longo do ano de 2016, pois apenas tem nota de quantos saíram e quantos integraram os quadros da Câmara, sem se saber quantos estiveram no ano de 2016. Há estágios curriculares, mas não está mencionado que haja estágios profissionais, o que seria importante em termos até de rejuvenescimento e de novas práticas e novas aprendizagens.

Diminuíram as ausências por parentalidade, o que também mostra o investimento, o envelhecimento dos quadros, mas aumentam as faltas por doenças e assistências a familiares, página 265.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** frisou muito a questão da saúde ocupacional e da formação profissional, mas aumentam as faltas por doenças profissionais e há um aumento grande de faltas por atividade sindical, o que é estranho porque não se assistiu a grandes movimentações. Congratula-se com a diminuição das dívidas a fornecedores, o que é importante, porque não está relacionado só com a economia local, mas também de famílias que dependem; mas mesmo assim, continua muito elevada a dívida a fornecedores, na ordem dos 3.500.000,00 €, na página 233.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que um documento desta natureza, eventualmente, poderia ter tido discutido com menos pontos da ordem de trabalhos. Nas GOP, a execução teve um rácio bom, de acordo com as revisões orçamentais feitas ao longo do ano. No entanto, há aqui questões que nas funções têm rácios baixos:

- a proteção do meio ambiente - conservação da Natureza;
- a construção e ampliação do parque escolar, que estava uma dotação de 172.000,00 €, em que só 50% é que foi executado;
- nos programas do serviço social só cerca de 18% é que foram executadas;
- no ordenamento do território também há um défice de 60%;
- nos espaços verdes e paisagismo a execução foi à volta de 58%, também não foi muito significativa;
- a mobilidade e acessibilidade, o rácio é de 33,74%. Tem a ver, eventualmente, com aquele programa que tinham com os TST. Neste aspeto solicita esclarecimentos ao Sr. Presidente;
- o rácio do turismo melhorou, mas isso melhorou a nível nacional não foi só ao nível do concelho de Palmela.

Em relação ao absentismo, se forem todas as horas somadas dá 83 anos de pessoas que faltam ao trabalho; mas depois dividindo isto por todos os trabalhadores não chega a um de trabalho, por isso isto não será algo assim tão pesado como eventualmente se pudesse indicar;

Foram dadas mais horas de formação este ano do que em 2015, no entanto, as ações diminuíram 50%. Questiona qual o motivo para este cenário.

Em relação à aldeia vinhateira de Fernando Pó, o documento menciona que há continuidade do acompanhamento que deverá passar pela qualificação do espaço público. Pergunta se há previsão para esta requalificação até maio.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não tem nenhuma surpresa em relação ao comportamento das receitas. Eram por demais exatáveis as diminuições que estão contidas.

Não infere nenhuma conclusão em relação ao comportamento das PME e à recuperação da qualidade de vida das famílias e dos pequenos negócios familiares.

Não há dúvidas em relação aos números, é só consultar os números do Governo e do país, aliás reconhecido na Europa.

Dá nota que se fala da implementação do sistema automático de isenção, mas esta isenção já existia. Esta era a única zona onde a previsão não era possível e que, de facto, foi-se verificando em termos do que foi a gestão da CDU ao longo do ano e que compagina neste orçamento, sem surpresas ao nível do que é externo.

Em determinada altura, refere-se que os impostos indiretos desceram apenas, porque não há concretização da construção. Deduz que seja uma gralha, porque mais à frente refere-se às taxas. Também devia ser referida, porque é a causa principal desta questão: a antecipação do pagamento das taxas de ocupação.

Há questões neste relatório de contas que se prendem com o que estava projetado e o que foi apresentado em plano que não compagina nalgumas zonas com aquilo que bancada do Partido Socialista defende-se e, de uma forma muito concreta, destaca:

- intervenção social;
- recolha seletiva de resíduos (que é uma zona que está absolutamente estagnada em termos do modelo de reciclagem).

Reitera que o orçamento deve ser participativo, deve ser deliberativo e deve ter uma verba alocada e não ter medo da democracia. Este modelo é consultivo, mas depois a maioria delibera sobre o que se quer consultar e, portanto, tem um limite de utilização que já foi atingindo. Para haver mais consistência, mais qualidade da participação e democracia deve-se colocar mais deliberação.

Em relação à intervenção social, lamentar não ver aqui as bolsas universitárias, pois seriam um projeto interessante para complementar.

Irão manter o sentido de voto de abstenção neste relatório de contas, uma vez que no que respeita às relações sociais há aqui diferenças. A autarquia tem de ter um papel muito mais efetivo inclusive, sobretudo, no financiamento.

A empresa desportiva municipal não vem aqui contida, porque até apresenta resultados equilibrados, mas também seria difícil não apresentar estes resultados com os amparos que a câmara tem dado ao longo do tempo, mas que a municipalização desta empresa devia ser um processo estado, que não é muito longe daquilo que a CDU defende em relação ao país e na

Europa, o estudo não ocupa espaço, permitindo viabilizar as questões que existiram no passado. E há a condição do investimento na renovação e nos equipamentos, que este modelo de gestão atual não consegue arranjar soluções, para além do funcionamento corrente, e que não é culpa da gestão, é culpa do modelo que paga as contas, mas pouco dinheiro tem para investir.

O **Sr. Presidente** refere ao Sr. Vereador Pedro Taleço que esta é uma boa oportunidade para o seu partido, que está no Governo, legislar nesse sentido.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que dava jeito perceber qual é a diferença dos dois modelos e não vislumbra nada mais objetivo. Por estas razões ir-se-ão abster nesta votação.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que, relativamente aos recursos humanos e em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, dita que a autarquia diminuiu os custos controlados ao que responde que, embora em termos de saúde financeira o justifique, não é possível investir mais nos recursos humanos, porque se a legislação nos anos anteriores se não tivesse impedido de contratar mais pessoal, a câmara teria hoje uma organização mais rejuvenescida e faria mais trabalho por administração direta do que aquilo que foi feito e daria menos trabalho fora.

Esclarece que no ano 2016 passaram entre 12 a 13 pessoas, porque alguns iniciam e não terminam, e depois são substituídos por outros.

Referir que não há dúvida que a autarquia também lamenta o facto de haver muitos acidentes de trabalho. No entanto, felizmente, os acidentes de trabalho existentes não são graves, são na maioria dos casos entorses, quedas, luxações que tem muitas vezes a ver com a tipologia do território. Apesar do pessoal na área de saúde, higiene e segurança no trabalho estar muito em cima e ter feito um grande investimento nestas áreas de trabalho, continuam a ser as áreas mais expostas a estes riscos, e quanto mais envelhecida estiver a organização, mais problemas podem acontecer.

É uma das alturas em que o envelhecimento da administração pública se mostra o maior de sempre, de uma forma geral em toda a administração pública, também devido à idade da reforma ter aumentado, logo a organização é mais envelhecida, há também mais faltas por doença natural; as doenças profissionais têm, muitas vezes, a ver com alguma idade e com este esforço dos trabalhadores operários.

Sobre a questão do absentismo e a atividade sindical, ao contrário do que se tem dito que neste ano ter sido dito que não tem havido luta, os/as trabalhadores/as não deixam de se reunir e de continuar a exigir aquilo que lhes é devido e de direito. Utilizam as horas em plenários, os delegados sindicais têm direito a utilizar horas de acordo com a lei.

Em relação à mobilidade e acessibilidades, refere que a execução orçamental tem a ver, no caso concreto, como por exemplo, com a Avenida Calouste Gulbenkian, em Águas de Moura, o facto de a câmara ter de fazer um projeto, pedir à IP o licenciamento para fazer aquelas obras que demoraram e não foi possível pagar o projeto naquele ano e acabam por ficar pagamentos para este ano. No caso da ciclovía de Pinhal Novo não se conseguiu concluir o projeto a tempo

de o ter terminado o ano passado e ter iniciado a obra em seguida; são obras muito grandes que acabam por mostrar, este aparente desequilíbrio na acessibilidade e mobilidade, mas que está relacionada com uma ou duas obras maiores.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o documento de prestação de contas é claro e inteligível. A questão da ação social é uma questão que muitas vezes tem causado divergências e que demonstra o posicionamento que cada uma das forças políticas tem em relação àquilo que deverá ser ou não ser o papel das autarquias ou o papel do Estado Central, que terá ou não terá esta ou aquela competência. Como acontece na área social e também se pretende fazer na área da educação é que o Estado Central “se dispa” das suas competências para ter meras competências fiscalizadoras e enviar para as autarquias todo esse ónus que tem também de responder em todas as áreas em que tem tido tradicionalmente competência e que tem sido alargada, refere-se às áreas do social, da educação, da saúde e da cultura. Já não basta que a Segurança Social não fazer os atendimentos na junta de freguesia de Palmela e na junta de freguesia de Pinhal Novo, como o fazia até agora, e remeter todos os munícipes destas freguesias para a Praça da República em Setúbal, para uma fila contínua que existe naquela praça em Setúbal, como poderá acontecer até deixar de conhecer o próprio território.

O valor que está plasmado na área da ação social é um valor que não corresponde àquilo que é o papel da autarquia no território. Esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que quando fala que a percentagem não é cumprida refere-se a uma verba que tem a ver com a requalificação do Monte do Francisquinho, que tem a vertente social e que só será apresentada este ano. Tal não se deve a culpa do município, mas sim, ao próprio *timing* da candidatura.

A intervenção social da câmara é muito mais vasta. Repete que autarquias são responsáveis pela articulação das diversas redes sociais que vai desde o Conselho Local de Ação Social às comissões locais de freguesia, que aquelas que estiveram mais fracas tiveram o apoio da câmara para tentar, estrategicamente, dar resultados com um novo fôlego, mas mais do que isso, levou à plataforma da supraconcelhia da península de Setúbal todas as preocupações que acontecem na rede social de Palmela. Recorda que se discutiu a falta de programação atempada para o apoio alimentar às famílias, e a câmara levou esta questão que foi tema dominante na plataforma supraconcelhia. Também um outro assunto que outros municípios se têm esquecido e que foi levantado também nesta sala pelo representante das IPSS's numa reunião do Conselho Municipal de Educação, que é a falta de enquadramento das IPSS's com a vertente do pré-escolar naquilo que seria o alargamento da rede pública à solidária e não tratar da mesma maneira como se trata a rede privada. A autarquia não ficou indiferente a isso, pois levou à reunião da plataforma supraconcelhia esta questão e faz parte de um grupo de trabalho que apresentou as conclusões. E mais, a câmara levou a reuniões, quer na DGEstE, quer com a senhora diretora do Centro Regional da Segurança Social sobre esta matéria, porque os dois ministérios (Educação e Ministério da Segurança Social) têm de se entender e não podem desperdiçar equipamentos importantíssimos, muitos deles até com algum apoio da própria autarquia para se criarem, que são o pré-escolar solidário. E em termos do documento, isto não

se consegue quantificar. Para dar mais um exemplo, naquilo que é o atendimento social municipal, foram feitos 131 atendimentos e 37 visitas domiciliárias e este é um papel para a Segurança Social, mas foi feito pela câmara e não está plasmado neste documento. A câmara internaliza todas as despesas que vêm com a sua intervenção, e isso não aparece refletido na Prestação de Contas. Ainda assim, a câmara continua a reconverter antigas escolas desativadas, desta vez, para falar das mais recentes, com a União Social Sol Crescente da Marateca; em relação ao Bairro Margaça e ao Centro de Respostas Comunitárias do Poceirão, a autarquia criou condições para que de uma forma mais organizada as IPSS ou as entidades que prestam apoio social se organizassem dentro da escola do Poceirão; e mais recentemente, até com a Associação Questão de Equilíbrio, um contrato de comodato, de cedência para atividades deles e a cedência de uma parte do terreno para a sede Fundação COI. Em termos financeiros isto não está refletido, assim como a isenção das IPSS's no que se refere ao pagamento de taxas e tarifas.

A Câmara dá apoio técnico, apoio logístico e de transportes à CPCJ, sendo que os/as técnicos/as e os/as administrativos/as que lá estão a tempo inteiro pertencem a Câmara Municipal de Palmela. O edifício pertence à Câmara Municipal. Quando é necessário fazer uma saída de quando está uma criança ou jovem em risco, o carro que levam é da Câmara Municipal de Palmela, com a gasolina ou o diesel da Câmara Municipal de Palmela. A intervenção da autarquia com as equipas do rendimento social de inserção é feita com uma parceria. De todas as atividades de animação social e recreativa, na questão do desporto e bem estar, refira-se que levar os idosos ao ginásio e à piscina só estão refletidos 1.300,00 € e não estão refletidas a questão das verbas internalizadas pela câmara.

Em relação ao parque escolar, o valor que o Sr. Vereador António Braz referiu é preciso mencionar que muito mais do que isso foi gasto, porque a autarquia cria algumas prioridades com a candidatura ao Portugal 2020 e fazem-se as ampliações da Escola de Aires, da Escola Matos Fortuna (na Quinta do Anjo), a requalificação da Escola de Águas de Moura e a requalificação da Escola de Cabanas e na Escola Básica 2 de Palmela. A câmara teve intervenções generalizadas em todas as escolas, reparou coberturas, reabilitou muros, colocou toldos e galerias, substituiu os equipamentos de aquecimento central, os AVAC, a SADI, as UTAS, as aberturas de vão de janela, reparou infiltrações, melhorou acessibilidades, fez a drenagem das águas pluviais, tratou esgotos, requalificou espaços de refeição, multiusos, logradouros e espaços de recreio; que constam na página 289. A Câmara redirecionou alguns dos papéis que deveria ter, mas que por colaboração das juntas de freguesia, através dos contratos de execução, pediu para estas fazerem alguns destes papéis e fizeram-no com toda a eficácia, merecendo a verba que lhes está destinada.

Falar só neste desvio de verba e não referir que a educação continua a ser um eixo estratégico da intervenção da autarquia com 2,7 milhões de euros gastos em que 22,8% são funções sociais e teve uma taxa de execução de 86,33%.

O conjunto dos investimentos no Parque Escolar é superior a 1.029.000,00 €.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que irá fazer uma intervenção breve, no seguimento de uma questão que foi colocada pelo Sr. Vereador António Braz que, de alguma forma, associou o crescimento turístico no concelho de Palmela ao próprio crescimento desta atividade no plano nacional. Admite que existe alguma influência nestes resultados. No entanto, o turismo é um eixo estratégico de desenvolvimento local do concelho, porque mais turismo significa uma economia mais forte, mais rica, significa mais emprego, assim como um território mais valorizado, moderno e desenvolvido. Por isso, é que a câmara definiu uma estratégia clara e ambiciosa para o desenvolvimento deste setor que tem integrado ao longo dos anos não só mais parceiros no plano local, mas mais parcerias a nível regional, nacional e internacional.

A autarquia também aproveitou algumas candidaturas para construir projetos que considera estruturantes para o desenvolvimento da economia local e, em particular, para o desenvolvimento turístico. A autarquia tem tido a preocupação, ao longo dos anos, de diversificar aquilo que é a oferta turística, criando novos motivos de visita ao concelho, antecipar tendências de visita com vista, no fundo, potenciar esse mesmo crescimento turístico. Portanto, este crescimento não acontece por acaso. A realidade que o Sr. Vereador quis comparar não é uma realidade comparável; porque o crescimento do país, no último ano, foi de 9,6% ao passo que o crescimento turístico, ao nível das dormidas, na região da Área Metropolitana de Lisboa regista um crescimento de 7,2%, sendo que só em Palmela foi 38%.

Isso significa que há uma estratégia. Naturalmente que os municípios são influenciados por aquilo que é a aposta nacional no setor e por aquilo que é a dinâmica dos próprios operadores turísticos, mas quem têm dinâmicas diferenciadas, isso tem a ver com as estratégias locais e, desse ponto de vista, estes resultados satisfazem.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que, em resposta à questão Sr. Vereador António Braz acerca da formação, que a autarquia procurou realizar ações com mais participantes. Este ano ocorreram ações de formação na área dos jardineiros, relacionada com a poda de árvores, onde a Câmara juntou o pessoal de jardinagem. A autarquia juntou também o pessoal da área de limpeza, no que diz respeito à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, de acordo com a legislação. Este conjunto de ações leva mais trabalhadores de uma vez. Por outro lado, tem a ver com a racionalização que a autarquia fez, a nível interno, na área da AMRS onde se está cada vez mais a melhorar o projeto para procurar que, de uma vez só, se reúnam 4 concelhos, com o número suficiente de pessoas para uma turma. A Câmara tem apostado, principalmente nessa questão, de haver cada vez menos ações individuais.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o seu partido assume e reconhece que, de há uns anos para cá, se tem vindo a fazer um trabalho mais estruturado e com um olhar mais estratégico sobre o turismo de nichos, a oferta da autarquia não existia. Inferem sempre os resultados locais que são fruto, primeiro dos trabalhadores da autarquia, das ideias que têm e também de quem os gere e de quem determina publicamente o que têm para fazer.

Indica que o Montijo tem um crescimento muito semelhante ao de Palmela. Isto também reflete de onde se vem, pois a região de Lisboa, com os milhões de turistas que tem, teve um crescimento abaixo de 3%, como teve de resto o Algarve.

Reconhece que há méritos locais dos operadores de turismo e da própria autarquia, como é óbvio, mas também este contexto internacional que trouxe turistas para o país foi, de facto, relevante para Portugal estar na moda. E, a partir daí, em todas as câmaras os/as senhores/as vereadores/as estão todos/as a falar de números do turismo.

Dá nota que neste crescimento todo, com mercado para tudo e mais alguma coisa, com a capacidade de resposta em termos nacionais e também locais ainda por esgotar, qual é a razão para, na promoção turística, não ter sido executado quase 25% do orçamento.

O **Sr. Presidente** refere que agradece as questões colocadas e permite-se responder a algumas de forma a encerrar este ponto.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que ficou com algumas dúvidas. Relativamente às questões da Sr.^a Vereadora Adília Candeias, agradece a resposta, e expõe que, obviamente, os trabalhadores que são sindicalizados devem utilizar essas faltas, mas a questão tem só a ver com a grande discrepância em relação ao que foi aos anos transatos, que ainda havendo alterações legislativas, parece ser demasiado.

A questão dos acidentes não são graves o que é bom, mas a questão que tem de ser ponderada, porque há algum envelhecimento das estruturas, naturalmente isso tem reflexos nos acidentes e nas ausências. Questiona sobre se há a adequada formação profissional e o adequado uso dos equipamentos de proteção individual.

Ainda relativamente à formação profissional, que muitas vezes há dificuldades em fazer, mas é para isso também que eu acho que serve a Associação de Municípios é precisamente para ver esta concertação entre as autarquias.

No que diz respeito aos atendimentos da Segurança Social, a bancada do Partido Socialista, tinha dito que seria a primeira medida que iriam tomar. Espanta-se por isso ainda não ter sido adereçado, um ano e meio depois.

Acrescenta que votará contra o relatório de atividades, pois quando se apresenta o orçamento há uma disparidade entre aquilo que se diz e aquilo que se executa. Relembra que o Sr. Presidente fez em 30 de outubro de 2015, um grande alarido em relação às questões sociais que tiveram um aumento de 14,7%, devido a um grande investimento. Em 2015 executaram 12.000.000,00 € nas GOP; em 2012 mais 343.000,00 €; em 2016 (que é o que está a ser analisado) executaram 12.018.000,00 €, ficou abaixo de 2015, apesar da promessa feita. Depois na saúde, 2016 era um ano particularmente importante, mas o ano particularmente importante vai ser aprovado em 2017 com o lançamento do concurso para o Centro de Saúde do Pinhal Novo, que já era prometido para 2016. Ainda na segurança e na ação social, também se prometia um grande aumento de 26,43% relativamente a 2015, para habitação e serviços coletivos. Bem, em 2016, a Câmara só executou 7.264.000,00 €, sendo que em 2015 foram

executados 7.981.000,00 €. Portanto, aquilo que foi prometido em 2015 para 2016 foi menos do que em 2015.

No abastecimento de água, verifica-se um aumento do investimento global relativamente a 2015, de 61%. A dotação para 2015 foi de 1,17 milhões, e em 2016 foi de 1,11 milhões.

O **Sr. Presidente** refere que pede para não confundir as percentagens com valores absolutos.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que na proteção e meio ambiente também há um aumento. Em 2015 tinha uma dotação de 750.000.000,00 € e ficou nos 828.000.000,00 € de execução, portanto, muito aquém dos 71% de acréscimo prometido.

Nas funções económicas também ia haver mais dinheiro - a execução foi idêntica à de 2015.

O **Sr. Presidente** refere que começa com uma máxima, em política geralmente costuma dizer-se: "Lembra-se o que convém e esquece-se o que já não interessa".

Revela um conjunto de dados que são irrefutáveis, naturalmente, causam algum desconforto para quem está na oposição pela capacidade de execução, que não sendo aquela que a autarquia gostaria que fosse, ainda assim a oposição procura deturpar.

Responde ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, relativamente à questão de se fazer uma reunião extraordinária exclusivamente para "isto", dizendo que há agora um período em torno da Páscoa, e terá que ser trazida a uma reunião uma próxima revisão e propostas que são inadiáveis, precisamente para que o senhor Vereador depois não possa dizer que não se executa. Há vários fatores que interferem nalgumas das percentagens, que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro aqui referiu e há, desde logo, prazos nos procedimentos concursais e há, também, outras matérias, de algumas taxas de execução, que ficaram abaixo do previsto.

Podia falar no PRARÁBBIDA, nas questões do ambiente, no HUB 10, de desvios do centro histórico, no que diz respeito à Rua Serpa Pinto, mas os prazos de candidatura para essas obras são até 31 de maio de 2017 e quem fez os avisos e os concursos para as candidaturas não foi o município. Agora o município, tinha no seu plano e orçamento as provisões necessárias para caso os concursos abrissem, poder desenvolver todo o trabalho correspondente. Portanto, esta questão dos fundos que são aquelas que até pelo ponto de vista do peso financeiro de cada um dos investimentos, mais contribui para volumes de execução consideráveis, esta questão é alheia à vontade da câmara. Informa que tem uma reunião, na próxima semana, com o senhor presidente da CCDR porque ele está preocupado com o grau de execução dos fundos em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa. O **Sr. Presidente** adiciona os seguintes argumentos:

- 1º que se abrissem os concursos mais cedo;
- 2º que se criassem outras prioridades de investimento;

- 3º que se revejam nos critérios das candidaturas, porque alguns como estão sucede que a maior parte dos municípios, das instituições e das empresas “não vão a jogo”.

Está aqui uma excelente explicação para alguns desvios. A autarquia tinha de estar preparada para quando apresentar o orçamento ter as rubricas abertas e ter lá um mínimo de dinheiro para fazer face a candidaturas que haviam sido aprovadas no pacto, ainda em 2015. Durante 2016 só houve 2 ou 3 concursos. Um foi logo executado, o Almenara; o outro, o parque intermodal de Pinhal Novo Sul, a autarquia até teve de atrasar, porque não podia ter a obra terminada antes da candidatura aprovada, senão perdia o dinheiro, mas como andou depressa conseguiu mais 10% de receita e de majoração.

Há aqui uma expressão para todos e é transversal: em todas as áreas há obras, ações e programas que não puderam ser executados, porque, de facto, as candidaturas e os avisos foram protelados para momento posterior.

Em resposta à sugestão de reunião ordinária/reunião extraordinária, de facto, havia propostas que não podiam mais ser adiadas e, por isso, a autarquia achou que este esforço valia a pena.

Dividendos da AMARSUL, o município como todos os municípios, que fazem parte da AMARSUL, em minoria (infelizmente) votaram contra a privatização e votaram contra a distribuição de dividendos, porque os lucros da empresa foram conseguidos com uma gestão pública (51% das Águas de Portugal e 49% dos municípios) e, de facto, esses 5 milhões num ano e 1 milhão noutro, o que os municípios exigiram foi precisamente a colocação de mais ecopontos, um rácio diferente, mais distribuição de ecopontos, mais recolha frequente de ecopontos, melhor tratamento e melhor aproveitamento dos recursos energéticos produzidos através dos resíduos, enfim, um conjunto de outras medidas. A câmara exigiu um ecocentro para o concelho de Palmela, exigiu uma série de outros investimentos que não foram feitos, porque a partir do momento em que o Governo privatizou os 51% da AMARSUL, a primeira questão que a empresa privada quis fazer foi a de dividir os lucros: tinha comprado uma empresa há 6 meses, passados 6 meses já estava a arrecadar a mais 3.000.000,00 € sem nunca ter feito nada. Na reunião da pretérita sexta-feira, a atual maioria da AMARSUL está muito preocupada, porque a tarifa vai ter de baixar devido à entidade reguladora e está preocupada, porque não consegue fazer os investimentos necessários para atingir as metas do PERSU. A autarquia voltou a dizer que é necessário rever a rácio por número de habitantes e por ecopontos, até porque o concelho de Palmela não é o concelho do Barreiro, não é o concelho de Almada, não é o concelho do Seixal. A Câmara exigiu à AMARSUL, que comesse a colocar mais meia dúzia de ecopontos e que faça rapidamente, numa reunião técnica e numa revisão e reforço dos circuitos dos ecopontos, em particular nas freguesias nascentes do concelho. Mais, o município está a ser prejudicado por causa dessa medida, na medida em que à volta dos contentores, ficam materiais que podiam ser reutilizados e reciclados e estão a ir para aterro, provocando por isso, um agravamento na tarifa que é cobrada ao município. O município irá investir este dinheiro

numa nova viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos que está no plano de investimentos e, também, há a intenção de colocar duas ilhas ecológicas no concelho.

Em relação à questão da receita, esclarece que a oposição menosprezou a política de rigor e prudência do município que tem sido esta, da maioria que o governa, que tem sido esta que garante a sustentabilidade da capacidade de crescimento. O IMI desceu aquilo que tinha que descer (de 0,48 para 0,387 é uma grande descida) e vai continuar a descer para todos, porque esse populismo do IMI das famílias que dá 20,00 € a um, 40,00 € a outro, isso a autarquia dá 10 vezes mais do que isso a cada filho de cada cidadão, basta ir ao “Aprender a nadar”, basta ir ao “Fantasiarte”, basta ir às animações das bibliotecas; qualquer pai que tenha de pagar estas atividades e que não tem dinheiro, não vai. Aqui, felizmente, todas as crianças do concelho, em idade escolar, têm acesso gratuito a todas estas dinâmicas e mais algumas.

Clarifica que em Palmela não há devolução de IRS aos munícipes, porque é injusto. O IRS é um imposto nacional e a câmara investe muito mais nas pessoas do que aquilo que recebe de IRS do Estado. O que importa é aquilo que o atual Governo, pressionado pela “Esquerda” que está em volta dele a pressioná-lo a querer fazer que é finalmente reduzir a tributação do IRS a todos/as portugueses/as mediante os escalões, e quem ganha mais tem de pagar mais, e quem ganha menos tem de pagar menos. Isso é que é justiça social.

Em relação à contratação de pessoal, informa que as autarquias tiveram um período em que entrou, felizmente, muita gente quando passava a ter novas competências, passaram a ter um trabalho mais estruturante no território, a partir do final dos anos 80 e anos 90 e muita gente que entrou, definitivamente, excelentes quadros, dos melhores que a Administração pública teve em Portugal. Mas, naturalmente essas pessoas entraram para a autarquia com 25 anos e hoje continuam a ter algo que é insubstituível numa organização, que é o conhecimento. Não é por ser velho que já não presta. Essas pessoas são úteis à organização, sabem fazer melhor, e sabem ensinar os mais novos. Agora, de facto, estas questões obrigam a problemas de saúde, com baixas mais prolongadas, apesar de a câmara ter investido na saúde ocupacional, com médicos e enfermeiros. Também no que diz respeito à atividade sindical, não houve greves em 2016, mas houve muita atividade sindical, por causa, por exemplo, do descongelamento das carreiras, que é uma luta justíssima e é uma promessa que o atual Governo não conseguiu cumprir para com os/as portugueses/as. As pessoas quando vão, se vão, nas horas de plenário que os sindicatos têm direito por ano e vão em autocarros para Lisboa, é evidente que não é um dia de greve, mas é um dia de plenário, um dia da ação sindical e, de facto, tudo isto desconta. Há hoje mais assistência à família, porque, felizmente, a câmara tem uma organização no feminino e, de facto, as mulheres preferem ficar em casa. É um direito que existe em qualquer empresa e tem de existir na Administração Pública.

A câmara irá aprovar o mapa de pessoal que já prevê novas contratações e há um concurso de pessoal a terminar que vai possibilitar dotar alguns lugares do mapa de trabalhadores/as,

sobretudo para as brigadas operacionais, mas não só, é necessário contratar mais. Quer o PSD, quer o PS sempre disseram que havia muita despesa com pessoal, mas o pessoal trabalha. Se a câmara paga 2.000.000,00 € de *outsourcing* para a recolha de lixo é congratulada, porque comprou a uma empresa e entra então na aquisição de serviços uma grande execução, mas se fizer esse trabalho com trabalhadores municipais já é considerada despesista.

Com exceção dos desvios que houve, por causa do adiamento de obras dos fundos comunitários, que é alheio à vontade do município, outras questões que foram executadas abaixo do orçamento só são possíveis, mas, por terem sido feitas por administração direta.

O que é importante ver era olhar para o relatório de atividades e ver o que é que foi feito em cada atividade, se está ou não feito.

Indigna-se pelo Sr. Vereador ter referido que foi feito só 63% investimento, pois Palmela é dos municípios que mais executa; e por ter referido que só há 22.000.000,00 € afetos às GOP, quando isso é indicador de produtividade.

Esclarece que a dívida a fornecedores é a mais baixa dos últimos 4 anos, com uma redução 4.200.000,00 € neste mandato, está em 3.274.000,00 €, sendo que 2.500.000,00 € serão dívidas contratualizadas com a SIMARSUL que a câmara está a pagar. Refere que o Sr. Vereador não referiu esse facto, porque foi trabalhador da empresa, empresa esta que andou a enganar os munícipes nos últimos anos, porque fez estimativas de faturação acima do valor do caudal real. A partir do momento que a autarquia passou a pagar a fatura do saneamento daquilo que, efetivamente, entra nas ETAR e a SIMARSUL trata, passou a ter uma poupança de cerca 300.000,00 € por ano; portanto, durante quantos anos a SIMARSUL não andou a roubar os municípios e depois, claro, os municípios não tinham dinheiro para pagar e tiveram de fazer contratos de pagamento, a prestações. Este pagamento não foi ainda antecipado, porque a SIMARSUL não faz nenhuma condição especial, porque a Câmara ainda o ano passado antecipou e tem capacidade para antecipar. Então, não se paga, porque o valor faz falta para investimento. Sobram 838.959,11 €, que são dívidas de curto prazo, a fornecedores sem acordos, mas que estão em fase de conferência de faturas. Há sempre 1.000.000,00 € que transitam de um ano para o outro, e está perfeitamente previsto no orçamento.

Em resposta ao Sr. Vereador António Braz, o **Sr. Presidente** refere que dentro do Centro Rural Vinum há várias ações, a que está em desenvolvimento e que foi adjudicada recentemente e que entrará em obra muito em breve, é o pavilhão da Associação de Fernando Pó que, se não houver condições do pavilhão naquele dia, para a Mostra de Vinhos, será feito no dia seguinte. A intervenção dos espaços exteriores só será feita no verão, porque antes de se chegar ao projeto é feito um estudo prévio, a quantificação, a solução paisagística, e o projeto tem de ser licenciado nas Infraestruturas de Portugal, porque aquele corredor em torno da linha, apesar de ser espaço público está no canal ferroviário, a REFER tem, obrigatoriamente, de aprovar o projeto. Nunca haverá obra antes de agosto.

Em resposta ao Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** clarifica que, em particular para as autarquias da CDU, as empresas municipais que existem estão hoje de boa saúde a prestar bons serviços aos seus municípios. O Governo tem oportunidade de alterar o quadro legislativo que permita às empresas outro tipo de rácios e outro tipo de investimento. A Palmela Desporto não pode fazer investimento, porque o Governo quer que faça investimento com as mais-valias que gera. O município tem uma série de equipamentos que vai construir nos próximos anos, e tem intenção de entregá-los depois à Palmela Desporto, porque é essa a natureza das empresas municipais deste tipo: a câmara constrói os equipamentos, faz o grosso do investimento e a empresa gere. A empresa tem de fazer os investimentos na conservação permanente, na manutenção e alguns investimentos que produzem mais-valia e poupança energética. A legislação é que está a obstaculizar algumas medidas que as empresas podiam desenvolver.

Sobre a questão dos impostos diretos, refere que o texto a certa altura não chama à colação a questão do desvio da taxa de ocupação do subsolo, mas efetivamente para além da baixa do IMI e da Derrama, há um conjunto inexplicável de isenções. Refere que aguarda a promessa do Governo, que está na lei do Orçamento de Estado deste ano, que é a Autoridade Tributária a passar a dar todos os dados, porque a câmara está a receber abaixo daquilo que a Lei das Finanças Locais estipula e nunca consegue verificar a veracidade dos dados. Nesta relação entre a administração central e a administração local há uma falta de transparência, pois estes dados têm de ser detidos pelo município.

O investimento cresce apesar dos desvios, por conta de transição de obras de fundos comunitários. Para a execução do Centro de Saúde, a câmara assinou um acordo com o anterior Governo, o atual Governo andou "a marinar", chegou ao dia 26 de dezembro de 2016, aprovou a portaria da extensão de encargos que fraciona a transferência das verbas que compete à administração central para o município fazer a obra, e só foi assinado no dia 7 de março, logo a culpa não é do município. A câmara lutou: fez vigílias à porta do Centro de Saúde, fez marchas em Setúbal e em Lisboa.

E outras obras dessa natureza tiveram de ser prorrogadas. Também o contrato de financiamento da Salgueirinha foi em março, ainda faltam 2 anos e meio de obra.

O investimento cresce 1,1 milhão de euros, cresce 41%, é o valor mais alto no quadriénio. Houve uma redução do endividamento da autarquia na ordem dos 4.000.000,00 €. A redução da receita revela abaixamento de impostos, não apenas do IMI, mas também das taxas para incentivo à economia, taxas urbanísticas para as atividades económicas; tudo aquilo que acrescenta valor ao território teve incentivos. A autarquia, prefere receber menos de uma forma para ver se recebe mais da Derrama, apesar de isso não ter acontecido. O objetivo é receber mais valor de Derrama, que é sinal que as empresas estão a ter lucros. A Derrama é um imposto sobre o lucro, e quem tem lucros deve contribuir para o bem comum.

A despesa corrente é a mais baixa dos últimos 4 anos (página 226) e a despesa de capital, de investimento, é a mais alta dos últimos 4 anos. Estas são despesas referentes ao orçamento e não a valores absolutos, isto é, se o orçamento for maior, as percentagens naturalmente não são as mesmas.

As transferências correntes e de capital para apoio a coletividades, associações, instituições sociais, entre outras, aumenta 2,1%. As transferências para as freguesias ao abrigo da delegação de competências, que já vai em 900.000,00 €, aumentou 1,42%. O indicador que ninguém referiu: o ano com maior volume de autofinanciamento para as aquisições de bens de capital. Ou seja, os investimentos da autarquia não se devem só aos fundos comunitários porque:

- a câmara só tem 50%, infelizmente, ao contrário de outras regiões do país;
- mesmo para acompanhar o investimento é necessário ir a empréstimo, mas é necessário ter verbas próprias e, este ano, é um ano com o maior volume, o maior valor para aquisição de financiamento de 2.900.000,00 € de fundos próprios. Isto revela que as opções tomadas, nos últimos anos, são corretas e justas.

Quanto a ativos financeiros, a câmara continua, infelizmente, a pagar o FAM. O atual Governo prometeu rever isto nos primeiros 6 meses do ano, mas todos os anos a autarquia paga cerca 2 centenas de milhares de euros. Refere que mais de metade do valor da despesa do Estado está imputada diretamente às Grandes Opções do Plano. Em eficiência e produtividade em 2016 há uma evolução: por cada 100,00 € em pessoal, o município investiu 126,80 € em atividades e investimento. Este é um dado único nos últimos anos.

Menciona que de 2015 para 2016 a câmara reduziu o seu capital em dívida (empréstimos bancários), pois amortizou 2.572.000,00 €. No mandato entre 2013 e 2016, o endividamento diminuiu 11.000.000,00 €.

O endividamento a fornecedores diminuiu 58% e globalmente a redução foi de cerca de 40%. A autarquia aumentou a margem de endividamento disponível ou seja, a autarquia, ao contrário de outras, pode contrair empréstimos para investimento, porque a lei lhe permite, porque tem margem de endividamento que voltou a aumentar na ordem dos 8.000.000,00 €, isto é um bom sinal.

As funções sociais foram de 54,24%. A autarquia não pode lançar a obra de Aires pois não podia lançar o concurso antes de vir a aprovação dos fundos comunitários e se fosse executada, já havia mais 500.000,00 €, o que faria a percentagem aumentar.

As questões da segurança e da ação social já foram clarificadas, porque essa verba são as transferências para entidades, mas o trabalho de ação social está na educação. Porque, grande parte dos apoios socioeducativos, referem-se a ação social.

Este é um ano bastante positivo, não só por aquilo que se conseguiu executar e aquilo que não foi executado são para investimentos estratégicos, que mesmo que tivessem arrancado com alguma execução financeira, hoje estariam em curso, e para ano que vem também. São obras para mais de 2 ou 3 anos. O mérito deste ano e deste mandato é, para além disso, mais do que nos anos anteriores o de satisfazer melhor as necessidades dos munícipes, a autarquia está a preparar o futuro e isso é tranquilizador, é um fator de confiança. Espera ser acompanhado na aprovação de muitas propostas, que são a operacionalização dos investimentos estratégicos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Maria Justino, e o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Empreitada de instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo – Abertura de procedimento de concurso limitado por prévia qualificação.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPOP 01_08-17:

«O protocolo celebrado em 31/05/2016 entre o Município de Palmela e a ARSLVT, permitiu o Município candidatar, em 28/10/2016, ao PORLisboa2020, através da PI. 9.7. Investimentos em Infraestruturas de Saúde, a Unidade de Saúde Familiar do Pinhal Novo, para a qual o município já havia cedido um terreno localizado na Rua Manuel Veríssimo da Silva.

Esta é uma obra há muito necessária e reivindicada pela comunidade de Pinhal Novo, que permitirá a prestação de cuidados de saúde essenciais, em boas condições para profissionais e para os mais de 15.000 utentes que irá servir.

A nova unidade de saúde familiar, cuja candidatura foi aprovada em 10/01/2017, terá 12 gabinetes de consulta e 3 de enfermagem e 2 salas de tratamento, entre outras instalações que totalizam uma área bruta de construção de 810 m² para mais de 500m² de área útil.

A obra, que inclui também o arranjo de espaços exteriores, tem um custo global previsto de 1.252.443,00€, para o qual foi definindo um confinamento FEDER de 43%, sendo a contrapartida nacional da responsabilidade da ARSLVT.

Desta forma, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 2 do artigo 23º e da alínea f) do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; do n.º 1 do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/02, de 11 de junho; e nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 16.º e da alínea b) do artigo 19.º, do Código dos

Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, **propõe-se** que a Câmara Municipal:

1. Autorize a abertura de procedimento de concurso por prévia qualificação para adjudicação da empreitada de “Instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo”;
2. Delibere que o preço base seja de 1.181.550,00 € (um milhão, cento e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta euros), e que este montante, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja cabimentado com o código do plano 2.2.1 02.002 e rubrica orçamental 05/07.01.03.99;
3. Aprove as peças do procedimento anexas à presente proposta e que dela fazem parte integrante;
4. Delibere que o código CPV principal (vocabulário comum para os contratos públicos) seja: 45215100-8 (obras de construção de edifícios relacionados com serviços de saúde);
5. Que delibere a publicação de anúncio do concurso público em Diário da República;
6. Que nomeie como Júri do procedimento:
 - Luís Benzinho, chefe de divisão da DEPOP como presidente;
 - Maura Santos, técnica superior da DEPOP como 1º vogal;
 - Carlos Mendes, técnico superior da DEPOP como 2º vogal;

Sendo suplentes:

- Jorge Figueira de Sousa, técnico superior da DEPOP;
 - Luís Amaro, técnico superior da DEPOP;
 - Gertrudes Gonçalves, técnica superior da DEPOP;
 - José Antunes, técnico superior da DEPOP;
 - Sandra Gonçalves, técnica superior da DEPOP;
 - Susana Pádua, técnica superior da DEPOP.
7. Que, de acordo com o n.º 2 do art.º 69º do CCP, sejam delegadas, no júri do procedimento, as seguintes competências:
 - Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento;
 - Pronunciar-se sobre erros e omissões identificados pelos interessados em sede própria;

- Retificar erros e omissões das peças do procedimento, desde que não haja alteração do valor da despesa;
- Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas.

Tendo o procedimento de decorrer em plataforma eletrónica de contratação pública, **propõe-se** ainda que a Câmara Municipal delibere, para que sejam feitas as respetivas operações:

8. Que o Júri do procedimento tenha a constituição e competências delegadas referidas nos pontos 6 e 7;
9. Que sejam designadas para secretariar:
 - Mariana Rodrigues, assistente técnica da DEPOP;
 - Maria Gertrudes Marques, assistente técnica da DEPOP;
 - Ana Lurdes Rodrigues, assistente técnica da DEPOP;
 - Maria José Margarido, assistente técnica da DEPOP.
10. Que a e o representantes da entidade competente para a decisão de contratar, na plataforma eletrónica, sejam:
 - Maria Teresa Palaio, diretora do DAGOT;
 - Luís Benzinho, chefe de divisão da DEPOP.
11. Que os gestores e as gestoras do procedimento sejam:
 - Carlos Mendes, técnico superior da DEPOP;
 - Maura Santos, técnica superior da DEPOP;
 - Maria Gertrudes Marques, assistente técnica da DEPOP;
 - Mariana Rodrigues, assistente técnica da DEPOP;
 - Ana Lurdes Rodrigues, assistente técnica da DEPOP;
 - Maria José Margarido, assistente técnica da DEPOP;
 - Simão Neves, chefe de gabinete do GJ;
 - Susana Vida, assistente técnica do GJ;
 - Clara Correia, assistente técnica do GJ.»

Sobre a proposta de Empreitada de instalação da Unidade de Saúde de Pinhal Novo numerada DAGOT_DEPOP 01_08-17 intervém:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que votará favoravelmente e que acha uma boa ideia de se fazer um concurso para a requalificação, dadas as características do equipamento a construir.

Chama a atenção para outras gralhas, nomeadamente na folha 29 dos documentos processuais que, ainda por cima, são os critérios de adjudicação, onde diz: “as propostas empatas” deve corrigir-se para “as propostas empatadas”.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela – Anulação do ato de adjudicação e nova adjudicação.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_08-17:

«Em reunião de Câmara de 15/06/2016 foi adjudicada à firma Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A. a “Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela”, para o período de 36 meses, por um valor global de € 1.285.168,51, com IVA incluído à taxa legal de 6%.

O concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., discordando da adjudicação, interpôs uma ação de Contencioso Pré-Contratual no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFE). Na Sentença, o TAFE deu provimento à impugnação da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., declarando inválida a adjudicação, concluindo pela exclusão da proposta da Ecoambiente S.A., e em conformidade a adjudicação da proposta à SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A..

Não conformada com a Sentença do TAFE, a firma Ecoambiente, S.A. recorreu para o Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS). No Acórdão do Contencioso Administrativo, o TCAS não deu provimento ao recurso apresentado, confirmando a “sentença proferida, condenando a Entidade Adjudicante a retomar o exercício de poderes no procedimento concursal”.

Assim sendo, e embora o Município de Palmela continue a defender que a sua a posição inicial não merecia reparo nem contestação, convicção aliás reforçada pela obtenção de visto do Tribunal de Contas para o contrato celebrado, não lhe cabe nesta fase outra atuação que não seja o cumprimento da decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul, pelo que **se propõe** que a Câmara Municipal delibere:

1. A anulação da adjudicação feita à firma Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A.;

2. A exclusão da proposta do concorrente Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por não observar uma condição constante no ponto 8 do caderno de encargos;
3. A adjudicação da prestação de serviços de recolha de resíduos do concelho de Palmela ao concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., pelo período de 36 meses, por um valor global de € 1.546.170,70 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e setenta euros e setenta cêntimos), com IVA incluído à taxa legal de 6%.»

Sobre a proposta de Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela numerada DADO_DFA 01_08-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que é uma decisão do tribunal que tem de ser cumprida. Esta questão, no meio de todo o concurso, não é a mais relevante. É o excesso de formalismo. Lamenta não ter sido informado da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, quando foi proferida.

O **Sr. Presidente** refere que “felizmente para a câmara” que o trabalho em desenvolvimento com a SUMA também tem estado a correr bem. Mesmo nestes períodos transitórios, ao contrário do que aconteceu no final do anterior prazo de vigência do concurso, em que se portaram muito mal. Espera que a qualidade justifique.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DEIS 01_08-17:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, aprovado em sede de reunião de câmara e de assembleia municipal, realizadas a 3 de dezembro de 2014 e a 26 de fevereiro de 2015, respetivamente, foi apresentada pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização de atividades e a aquisição de equipamento;

- através da promoção do movimento das associações da área da saúde, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora, destas associações na comunidade, proporcionando momentos importantes formais e informais referentes com elevado relevo para a comunidade;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica da candidatura apresentada, corresponde a atribuição do seguinte montante, visando a aquisição de equipamento:

Associação	Apoio à Aquisição de Equipamento (€)
Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo	315,00
TOTAL	315,00

Quadro 1. Associação da Área da Saúde candidata ao RMAA e proposta de apoio financeiro mediante avaliação técnica

propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro de € 315,00 (trezentos e quinze euros), destinado à aquisição de equipamento, à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo numerada DEIS 01_08-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que releva o mérito da Associação de Dadores Benévolos de Sangue. Eles têm a sua função e a autarquia tem a sua, portanto, as pessoas estão a cumprir as suas funções e quem ganha são os munícipes e a própria causa. Reconhece-se nesta atualização dos escalões que é um apertar dos critérios. A sua bancada gostou de ver a informação técnica a basear-se nesta diferenciação e que permite diferenciar os apoios com base nas atividades de organização e sustentabilidade, sendo que ainda falta perceber como é que é feita a valoração que permite chegar aos escalões.

O **Sr. Presidente** responde que na informação técnica estão todos os critérios.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2016.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_08-17:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 1 de março último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 9.168,00 (nove mil, cento e sessenta e oito euros).

Em 2016 verificou-se o incremento de investimentos, em particular no setor da eficiência energética.

Verificou-se um acréscimo de receita proveniente do aumento de utilizadores dos equipamentos desportivos, em particular das Piscinas. Este acréscimo permitiu a apresentação de um resultado positivo superior ao do ano anterior.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2016 numerada DCDJ 01_08-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que além de destacar, desde logo, o resultado líquido positivo, é de sublinhar o crescimento do número médio de utilizadores em todos os equipamentos geridos pela empresa, na piscina municipal de Palmela, na piscina municipal de Pinhal Novo, no pavilhão desportivo municipal, no campo de jogos municipal. O número médio de utilizadores apresentou um crescimento de 8,4%, com particular destaque para a piscina de Pinhal Novo.

Refere, também, o crescimento do número de atletas, ao nível da competição, existem mais 25 atletas que a 31 de dezembro do ano anterior.

A Palmela Desporto é das equipas da Península de Setúbal com maior número de atletas em processo de treino filiados na Associação de Natação de Lisboa.

Para além de sublinhar alguns resultados desportivos que os atletas têm apresentado nas competições regionais, nacionais, sublinha os investimentos que foram realizados em 2016 no valor 131.400,00 € e que se destacam ao nível da iluminação LED no pavilhão de Pinhal Novo, na instalação do sistema de águas quentes sanitárias com painéis solares, também no Pinhal Novo.

No âmbito da sua candidatura ao Portugal 2020 estão previstas mais um conjunto de investimentos que contribuirão para alcançar o objetivo de redução dos consumos energéticos para além da substituição, no fundo, dos equipamentos que estão em fim de vida útil. Isto, naturalmente, irá contribuir para continuar a oferecer serviços de elevada qualidade aos municípios.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em primeiro, quer saudar o novo presidente do conselho de administração, desejar-tudo de positivo e um trabalho profícuo para que a resposta na área do desporto do concelho seja progressivamente melhor e de maior qualidade.

Esta é, de facto, a posição do seu partido em relação a qualquer discussão que exista, seja da Palmela Desporto, seja em relação às questões anexas de como se deve gerir o desporto no concelho, podem ter ideias diferentes, mas será este o ponto de encontro.

No número de atletas houve realmente diversidade, a empresa procurou que o negócio abrangesse outras franjas e, assim, contrariar a crise. Portanto, este número de atletas, este aumento indexa muito pouco a mudanças estruturais internas da Palmela Desporto, porque, de facto, houve uma continuidade da gestão e dos projetos implementados; o que mudou foi alguma recuperação económica com o qual se recuperou alguns utentes maioritariamente. O que não quer dizer que não haja aqui respostas novas que possam ter sucesso, mas outras foram compensadas com algum decréscimo, por exemplo, nas classes de natação.

Nesta questão do maior número de utentes é que é um dos caminhos; a captação de um maior número de utentes é o caminho principal da Palmela Desporto para o sucesso da empresa e, também, para o sucesso da sua missão; mas não é fácil perante as conjunturas económicas.

Fica agradado, pois em termos dos fornecimentos externos, por exemplo em relação ao gás, isto reflete o investimento numa caldeira, portanto, num equipamento novo, mais ecológico e que permitiu reduzir gastos em relação ao gás natural. Da mesma forma que os LED vão reduzir futuramente algum valor na fatura económica. Investir em grande quantidade permite poupanças imediatamente elevadas e resolver problemas estruturais como é o que se tem feito. Admite que a incapacidade, parte dela é legislativa, mas ela foi criada porque há uns anos atrás as empresas municipais funcionavam como um escape orçamental das autarquias e, portanto, a partir daí tudo em termos de engenharia financeira, tudo foi possível. E houve que moralizar tudo isto com regras apertadas, onde muitas destas empresas não voltaram a abrir. Não foi o caso da Palmela Desporto, mas obviamente estrangulou todas as outras em relação às opções.

Olhando para a piscina municipal de Palmela, que está a chegar ao seu tempo útil, questiona como é que se vai recuperar aquele equipamento. Porque este investimento total dos equipamentos 131.000,00 €, se retirar os LED, a viatura e as pequenas reparações que se foram fazendo, numa gestão muito amiúde, porque não há margens, continua a ser de facto, um problema. Por esse motivo ir-se-ão abster. Se o problema do investimento se resolve municipalizando, pois que se estude a questão. Não se pode é continuar a perdurar a situação, porque o défice de exploração, acaba por resolver questões que deviam ser feitas com base em despesas imputadas à empresa municipal para justificar aqui o seu cariz social.

Há 10 anos que não se tem mudado nada em relação à perspetiva futura. O complexo desportivo em Palmela continua a ser o relvado e um contentor, pouco mais.

Inferir sobre as perspetivas futuras que estão escritas no fim deste relatório, onde defende que num relatório normalmente não inferir muito sobre o futuro, focando no que se passou; mas talvez seja porque houve uma mudança do conselho de gestão. Faz, ainda, referência em se alargar o programa natação; se assim for, questiona se tal implica o aumento do subsídio de exploração.

O documento fala também em aperfeiçoar os atuais programas de desenvolvimento projetos dirigidos à população sénior, mas o Sr. Vereador que pensava até que já estava feito, mas não é daqui que vem a tal escala de rentabilização. A beneficiação e conservação das infraestruturas, tendo em conta a eficiência energética, isso pode ser conseguido só a mudar uma lâmpada.

Finalmente um plano plurianual a ser feito pela autarquia que não dá informação sobre a construção de novos equipamentos, mas se se construíssem novos, encerravam-se os antigos e a manutenção deixava de ser um problema, o que poderia ser um caminho. Torna-se difícil de ver aqui um caminho que possibilite até à própria gestão gerir, na verdadeira amplitude da palavra, porque a gestão tem de incluir o investimento. E investimento não são estas pequenas reparações, é algo mais profundo e estrutural que altera profundos resultados.

Há uma continuidade, os resultados ficaram positivos mas sente dificuldade em vislumbrar um futuro e, sobretudo, o futuro dos equipamentos que estão mais desgastados.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Pedro Taleço não tratou do relatório da Palmela Desporto e dos objetivos para 2016 e é isso que importava avaliar. Sobre o que deve ser uma empresa municipal é outra discussão.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os órgãos de gestão da Palmeira Desporto e os seus/suas trabalhadores/as, desejando todas as felicidades para o novo Presidente neste mandato.

Há uma evolução positiva nos resultados, apesar de só serem 9.000,00 € em 2015, tinha havido um aumento já na piscina de Pinhal Novo, desta vez estendeu-se à piscina de Palmela. Mas é uma piscina já muito antiga que necessita de substituição ou de uma intervenção profunda.

O **Sr. Presidente** sugere que a vereação vá à piscina dar umas braçadas, à hora de almoço, para que possam verificar o estado da piscina.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que no caso do campo de jogos houve um ligeiro acréscimo que tem muito a ver como é espelhado com uma nova equipa do Vitória de Setúbal que está a utilizar o equipamento.

Relativamente ao relatório da prestação de contas, na certificação legal de contas, o revisor oficial de contas levanta uma questão que é importante: é o seguro multirriscos associado aos vários equipamentos. É uma questão pertinente e é importante, até porque quanto mais velhos estiverem os equipamentos mais pertinente se torna, se bem que também que mais custoso, este passará a ser. Questiona se esta questão já foi equacionada nas reuniões com o Conselho de Gestão, e se não foi equacionada o que se pensa fazer sobre a mesma.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que se surpreende pelas referências à piscina de Palmela, pois esta não é um tanque, é sim um equipamento digno que presta um serviço de qualidade aos seus utentes, e necessita, naturalmente, de intervenções que a possam vir a qualificar melhor; não é por acaso que há uma candidatura ao Aviso21 para a aquisição de equipamentos para esta mesma piscina, que tem em vista a redução dos consumos energéticos, mas também a substituição de equipamentos em fim de vida útil. A terminologia que foi utilizada relativamente a este equipamento foi desajustada.

Relativamente ao futuro, naturalmente há uma visão ambiciosa, pois há um conjunto de ideias que estão, no fundo, a ser germinadas e medidas concretas que estão a ser tomadas no sentido de, não só de diversificar a oferta da própria empresa, com a abertura de novos projetos, como o próprio estabelecimento de parcerias com os agentes económicos e o envolvimento maior do tecido económico, por forma a rentabilizar os equipamentos e poder também qualificá-los. Há um conjunto de programas que estão a ser já gizados e que têm a ver com o desporto adaptado, em particular, com a natação adaptada, mas este tema será discutido posteriormente.

Relativamente ao complexo desportivo de Palmela, há também projetos que oportunamente serão anunciados e que constituirão uma alavanca muito forte para o desenvolvimento da atividade da Palmela Desporto.

O **Sr. Presidente** refere que o seguro multirriscos será analisado, até porque não é fácil encontrar seguradoras que queiram fazê-lo, mas o Conselho de Gestão tem essa questão em linha de conta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Maria Justino e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEP 01_08-17:

«O Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela entrou em vigor em 2008. Desde essa data, houve alterações à legislação, alteraram-se, na sociedade, algumas práticas, e o próprio cemitério também viu as suas condições modificadas.

Esta é uma área sensível, por se prender com valores, crenças e sentimentos da comunidade, pelo que é importante que os instrumentos regulatórios estejam atualizados, refletindo as condições e necessidades materiais, legislativas e sociais.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. O início do procedimento de revisão do Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e interessadas e apresentação de contributos;
2. Determinar que podem constituir-se como interessados e interessadas, todos e todas aqueles e aquelas que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus e suas associados e associadas, que caibam no âmbito dos respetivos fins;
3. Que os interessados e interessadas podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de criação deste regulamento, até 10 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de

identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1, do artigo 112.º do CPA;

4. Que a constituição como interessados e interessadas e os contributos sejam dirigidos à Presidência da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2954-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

Sra. Maria Helena Martins dos Santos (1.)

Refere que reside na Rua Portal Branco, e quer agradecer em seu nome pessoal e em nome dos restantes residentes, por terem limpadado os terrenos e a via. A máquina da empresa que procedeu à limpeza não entrou lá porque o terreno estava todo alagado, devido a uma rutura de água da rede. A rutura foi comunicada à câmara, que se deslocou ao local e o piquete resolveu a situação, ainda que com alguma dificuldade. O encarregado fez tantas tentativas desde a Vivenda Califórnia até à entrada do Bairro, até descobrir. No dia seguinte foi lá um autotanque que tirou dois carros de água de uma conduta da TLT. E no domingo foi lá novamente tirar outro carro de água. Finalmente descobriu-se que a rutura estava na Rua Salgueiro Maia. Entretanto, o proprietário limpou o terreno.

A munícipe refere que é muito benéfico obrigar os proprietários a limpar os terrenos e deveria fazer-se isso no concelho todo. Esse proprietário comprou esse terreno há alguns anos, mas nunca lá ia. Como é obrigado a limpar o terreno anualmente, referiu que ia arranjar umas casas velhas para rentabilizar. O que é certo é que já deitou umas barracas abaixo, já tem lá uma casa arranjada por fora, ainda que lentamente.

O terreno a seguir, ainda que pequeno, também foi limpo. É bom insistir na limpeza dos terrenos, porque as pessoas têm terrenos abandonados, com casas por limpar e ao verem-se obrigados a limpar dão outra finalidade ao terreno e permitem que lá nasçam “coisas” novas.

Preocupa-se com o desperdício de água que ocorreu. Sugere que a câmara invista mais na limpeza de terrenos e que preste mais atenção à limpeza da via. Era necessário cortar a relva e remover o lixo.

Indigna-se com a forma como foram feitas algumas intervenções de limpeza realizadas, em que se limpa de um lado e atira-se o lixo para outro. Acha que devia haver uma lei de proibição de lançar lixo para o chão e uma lei que obrigasse a limpeza dos terrenos. Acredita que os municípios têm alguma culpa nisso, pois deviam ir à Assembleia da República para que essas leis sejam aprovadas.

Continuou um buraco na estrada do cruzamento, sequência da intervenção da rutura de água, que ainda não foi adereçado.

Refere que os esgotos precisam de ser tratados e a rede de água necessita de manutenção adequada.

O **Sr. Presidente** saúda a vinda da Sr.^a Maria Helena que é uma cidadã que, por diversas vezes, tem demonstrado interesse no local onde vive e tem demonstrado uma excelente atitude cívica, porque participa, levanta as questões e tem contribuído para a solução dos problemas e é essa a atitude de cidadania que se pretende que exista no concelho.

Falou aqui de uma questão de uma rutura da rede, complexa, difícil de encontrar. O município tem uma rede de 520 quilómetros de condutas no concelho. É o concelho da Área Metropolitana de Lisboa que mais condutas tem. A água está em quase todas as ruazinhas do concelho. É um investimento muito elevado, mas, ainda assim, a água tem qualidade e é a mais barata da Área Metropolitana de Lisboa e das “20 e tal” mais baratas do país, dito pela DECO.

A câmara tem hoje muito interesse e tem um plano de combate às fugas. Já tem, neste momento, em elaboração um sistema patrimonial de infraestruturas, de cadastro, um plano de remodelação. Já se sabe quais são as condutas que estão piores e que necessitam de remodelação, que às vezes não tem que ver com o número de ruturas. Também tem um plano de segurança da água em elaboração e investiu num aparelho para detetar ligações clandestinas e possivelmente para detetar também fugas. Essa tecnologia ajudará os trabalhadores a darem mais depressa com alguns problemas.

Sobre a questão da água, refere que muitas vezes quando são feitas mexidas para reparar uma rutura, que os outros fenómenos acontecem a seguir; por vezes, não tem a ver com o estado da conduta, tem a ver com outras questões, como o abrir e fechar, a pressão das bolhas de ar, o golpe de ariete, entre outros, que têm efeitos perversos na mesma conduta.

Há um plano de remodelação aprovado para vários locais do concelho, começando pelas condutas mais antigas e naquelas onde há o maior número de ruturas e, portanto, se for esse o caso, obviamente também há todo o interesse em poupar água até porque a câmara também é avaliada pela entidade reguladora pela diferença entre aquilo que é faturado, aquilo que é a regra e aquilo que é desperdício e que depois obriga a autarquia a aumentar, isso não é o que se pretende.

No que diz respeito à limpeza dos terrenos, refere que existe legislação que obriga a percorrer meses e meses para se chegar à notificação dos proprietários. A câmara não pode entrar nos terrenos e tomar posse administrativa sem antes notificar, depois a carta vem para trás, depois

já não é aquela pessoa, os herdeiros, depois tem de ir buscar uma certidão à conservatória. A fiscalização não faz às vezes mais nada. A instrução dos processos é desgastante, aquilo está demasiado complicado para se chegar à possibilidade de intervir no terreno em caso de perigo, de insalubridade, de questões de proteção civil. Mas também a solução não é aquela que está na legislação, que permite que os municípios, em caso de os proprietários não o fazerem, percorridos este trâmites todos que às vezes demoram 6 meses, vai tudo à falência e os municípios são os senhores. Não é essa a solução, não há orçamento para isso. Cumpre à câmara dar incentivos, cumpre ajudar, cumpre multar. Dá nota que essa empreitada que a autarquia fez e não foi a única, importou em cerca de 40.000,00 € e que, até à data, não foi reembolsado. Se for para tribunal é arquivado e isto também não facilita. A menos que câmara ficasse dona dos terrenos como forma de pagamento, talvez obrigasse os proprietários a pensarem duas vezes.

No ano passado a fiscalização conseguiu em centenas de notificações que houvesse, também, umas centenas de ações de limpeza por parte dos particulares. Agora o município tem 465 quilómetros quadrados e houve muita “coisa” que ficou por fazer e a autarquia não tinha dinheiro para mandar limpar tudo, pelo que escolheu aqueles casos que eram os mais “gritantes”.

A lei dos resíduos existe, existe um regulamento municipal que diz quais são as coimas que são aplicadas às pessoas que não apanham os dejetos do cão, às pessoas que atiram lixo na via pública, às pessoas que metem monos fora dos dias de colocação ao lado do contentor, às pessoas que metem camionetas de fenos ao lado do contentor (quando deveriam fazer um saco ou dois). A autarquia tem procurado aplicar algumas coimas e alguns casos foram arquivados. Mas é muito difícil, porque seria necessário um polícia para cada cidadão, mas já começa a haver multas, de outras “coisas” que dantes eram menos comum. E nos casos que tem havido sucesso até tem sido com a colaboração da GNR. Têm de se fazer campanhas de sensibilização e um aumento de cidadania.

Quanto à questão do saneamento, refira-se que um concelho destes nunca terá saneamento em todo o lado. O saneamento deve estar, em termos de estruturas municipais intermunicipais, nos aglomerados urbanos (que é o caso) e nas zonas dispersas há auto-infraestruturação. É inviável, é impagável haver uma rede de saneamento que vá a todo o lado, porque não é uma questão de se meter tubo e rede, que é caríssima, é ligá-lo aos emissários. Onde a ligação é gravítica, por força da gravidade, a câmara faz um investimento e as pessoas ficam ligadas a um emissário a pagam as suas taxas e a câmara paga à SIMARSUL, que é quem trata os efluentes, o problema são as zonas onde isso não é possível ser ligado graviticamente. É preciso criar um conjunto considerável de população que justifique uma estação de bombagem, uma estação elevatória, que custa, em média, entre terreno e construção e bombas 150.000,00 €. Depois tem de haver onde ligar e a zona onde reside a munícipe tem sido uma questão problemática. A autarquia tem feito diligências, porque precisa de entregar “aquilo” nalgum lado. Quando a rede é em baixa é paga pela câmara, quando a rede está em alta é paga pela

SIMARSUL (onde os municípios estão em minoria). A câmara, todos os anos, pede para se fazer mais do que um emissário.

O Estado português permitiu que para na mesma zona do território houvesse duas concessões, o que é estranho (as Águas do Sado e a SIMARSUL), quando o município de Setúbal é obrigado a integrar a SIMARSUL, mas ainda está “preso” às Águas do Sado, até 2023.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente à rutura e ao desempenho daquele funcionário, portanto, diz à Sr.ª Múncipe, que é com orgulho que recebo o elogio pois conhece o encarregado e também partilha da opinião que é um excelente funcionário da Câmara Municipal de Palmela e ele ficará, também, satisfeito por esse reporte. Agradece aquilo que a senhora múnice fez e faz, que todos deveriam fazer porque é um dever de cidadania e, portanto, também agradece em nome da Câmara Municipal de Palmela.

Relativamente à questão em concreto, refere que o pedido, requerimento de saneamento, é uma pretensão legítima e justa, não depende de investimentos só municipais, depende do investimento de uma empresa multimunicipal, que é a SIMARSUL, e só com esse investimento é que pode e deve vir a concretizar-se essa pretensão. A câmara tem vindo a insistir com a SIMARSUL relativamente ao plano de investimentos, forçando, mas a SIMARSUL tem vindo justificar que não tem condições para fazer aquela obra, que é da sua responsabilidade e não da autarquia, pelo motivo de Setúbal não estar no sistema. Ora, os municípios do concelho de Palmela não podem continuar a esperar por a entrada de Setúbal no sistema multimunicipal. O que a autarquia tem vindo a fazer é continuamente a insistir para que a SIMARSUL faça o seu papel, pois a responsabilidade é do Governo. A autarquia já insistiu com o Governo para que Setúbal entre imediatamente, até por questões de viabilidade económico-financeira do sistema multimunicipal, o que não foi acolhido nas reuniões que têm ocorrido com o ministro que tutela. Portanto, a câmara não tem estado parada. A legitimidade da petição ou das pretensões destes municípios, têm sido considerados, quer pelos ofícios reiterados junto da SIMARSUL para a sua execução, mas antevendo que a SIMARSUL não vá arredar pé da sua posição, a autarquia começou a negociar com a Câmara Municipal de Setúbal, a possibilidade de executar uma obra para que as águas residuais de Palmela sejam recebidas por uma infraestrutura da Câmara Municipal de Setúbal. Há uma semana foi recepcionado um ofício da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal a dizer que é possível receber o caudal de Palmela, pelo que as duas autarquias atuaram em paralelo, no que diz respeito a investimentos. Por outro lado, a autarquia está a desenvolver estudos técnicos internos, para ver se também é possível integrar mais áreas. A responsabilidade não é da autarquia, porque, de facto, um investimento municipal carece de uma infraestrutura executada em alta pelo sistema multimunicipal, mas está a fazer caminho e logo que haja a conclusão dos estudos, irão partilhar com os municípios.

O **Sr. Presidente** refere que já foi solicitado para que, em revisão do orçamento, se inclua uma verba para elaboração do projeto.

O projetista fará os estudos todos mas, ainda assim, é preferível esse investimento, porque senão só daqui a 6 anos é que teriam o emissário feito. Este caminho alternativo é viável e será este que terá de vingar.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte horas e vinte e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco